

Ministério de Minas e Energia

Assessoria Especial de Comunicação Social – AESCOM

Sumário

| | |
|--|-----------|
| VEÍCULO: Valor Econômico..... | 3 |
| Título: Reajustes da Petrobras deixa inflação mais longe da meta | 3 |
| Título: Haddad negocia acordo de R\$ 30 bi com Petrobras | 5 |
| Título: PAC aposta em investimentos privado..... | 6 |
| Título: Apagão afeta 30 milhões, e governo vê 2 falhas no sistema..... | 8 |
| Título: Falta governança no setor elétrico, dizem especialistas | 11 |
| Título: Diretor-geral da NOS diz que em 48 horas poderá dizer o que causou o apagão | 13 |
| Título: É hora de alinhar o mercado de energia com o futuro | 14 |
| Título: Bastidores da Eletrobras: de foto na parede á demissão de VP | 16 |
| Título: Ações caem na bolsa e analistas esperam continuidade de estratégia | 19 |
| Título: Exclusivo: Unigel negocia prazo com credores, que buscam comprador para a empresa, dizem fontes..... | 20 |
| Título: Petrobras reajusta gasolina e diesel, mas defasagem persiste | 22 |
| Título: Oferta limitada deve levar preço do petróleo aos US\$ 90 | 24 |
| Título: Combustível terá impacto de 0,4 no IPCA, diz Campos..... | 26 |
| VEÍCULO: O Estado de São Paulo..... | 27 |
| Título: Haddad mira R\$ 30 bi da Petrobras para garantir ajustes fiscal em 2024 | 27 |
| Título: Apagão afeta escolas, transportes e hospitais | 29 |
| Título: Petrobras reajusta preços; BC prevê impacto na inflação..... | 30 |
| Título: Falta de energia atinge 25 Estados e o DF e governo diz desconhecer causa..... | 31 |
| Título: O gás natural na reindustrialização nacional..... | 33 |
| VEÍCULO: Folha de São Paulo | 34 |
| Título: Apagão atinge 25 estados e DF por até 6 horas; governo apura..... | 34 |
| Título: Petrobras eleva preço da gasolina em 16%, e o do diesel, em 26% | 38 |
| VEÍCULO: O Globo | 40 |

| | |
|---|-----------|
| Título: Litro pode ficar 6% mais caro na bomba, e IPCA deve fechar 2023 em 5% | 40 |
| Título: Petrobras sobe gasolina em 16,3% e diesel em 25,8% | 41 |
| Título: Governo usa apagão para criticar a privatização da Eletrobras | 44 |
| Título: Maior apagão em 14 anos dura até seis horas e atinge 25 estados e o DF | 46 |
| VEÍCULO: Correio Braziliense..... | 49 |
| Título: Apagão vira munição política para opositores e governistas..... | 49 |

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 16/08/2023****Seção: Brasil****Autor: Marcelo Osakabe e Alessandra Saraiva****Título: Reajustes da Petrobras deixa inflação mais longe da meta**

O aumento de 16,27% no preço da gasolina e de 25,82% no diesel nas refinarias levou parte dos analistas a rever para cima suas projeções para a inflação em 2023. Com isso, diminui a chance de o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) terminar dentro do intervalo das metas da inflação.

Segundo o mais recente boletim Focus do Banco Central (BC), a mediana dos analistas para a inflação em 2023 era de 4,84%. Assim, as projeções já se aproximavam do teto da banda de tolerância da meta de inflação deste ano, que varia entre 1,75% a 4,75%, com centro em 3,25%.

Na manhã de ontem, a estatal anunciou um reajuste de 16,3% (R\$ 0,41 por litro) sobre o preço da gasolina e 25,8% (R\$ 0,78 por litro) sobre o preço do diesel vendido para as distribuidoras,, que passa a valer nesta quarta-feira.

Nos cálculos da economista Andrea Angelo, da Warren Rena, o reajuste dos combustíveis tem impacto total de 0,38 ponto porcentual sobre o IPCA este ano, sendo 0,31 ponto da gasolina, 0,03 do diesel e 0,04 do etanol. Desse total, 0,11 ponto deve aparecer já na leitura de agosto do IPCA e o restante, em setembro. Assim, a projeção para o IPCA no fim do ano da Warren passou de 4,60%, para 5,00%.

A XP investimentos, por sua vez, estima que o anúncio da Petrobras traz viés de 0,30 ponto sobre sua estimativa para o IPCA deste ano, atualmente em 4,60%.

O efeito total do anúncio, nos cálculos da corretora, é de 0,46 ponto porcentual. No entanto, sua projeção para o fim do ano já levava em consideração um reajuste de 6% na gasolina para distribuidoras. “Como foi de 16%, isso deixa cerca de 0,30 ponto de viés de alta”, afirma a XP em comentário a clientes.

Após o anúncio, o Itaú revisou suas projeções para o IPCA de agosto e setembro, respectivamente, para 0,31% e 0,50%. Para o ano fechado, o impacto total estimado foi de 0,25 ponto, o que fez a projeção passar de 4,90% para 5,10%.

Nos cálculos de André Braz, da Fundação Getulio Vargas (FGV), a alta dos combustíveis, o IPCA de agosto deve ficar em torno de 0,20%, e o de setembro, em 0,40%.

O economista também vê impacto expressivo na evolução mensal dos IGPs. Braz lembrou que, no caso desse índice, além de impacto da gasolina mais cara no varejo, quando o diesel sobe de preço, isso tem influência na evolução dos preços do atacado. Esses representam 60% do total dos IGPs. Enquanto o IPCA mensura apenas preços no varejo, o IGP abrange atacado, varejo e construção civil.

Braz calcula um impacto total de 0,72 ponto no Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que representa o atacado dentro dos IGPs. No caso da gasolina mais cara, o impacto no atacado é de 0,26 ponto.

“Para o ano, os IGPs, que estavam caminhando para uma deflação em torno de 4% em 2023, pode ser que caiam menos, na faixa de 3%”, acrescentou.

Braz alerta ainda que, uma vez que a defasagem dos preços dos combustíveis em relação ao exterior se manteve, ainda que menor, é possível que novos reajustes sejam anunciados até o fim do ano, com novos impactos sobre as projeções.

O Itaú, no entanto, considera esse risco pequeno, no momento. “A defasagem estimada está próxima de 8%, o que nos parece um patamar confortável no curto prazo. Nossas projeções para o preço do petróleo estão em US\$ 85 por barril e para o câmbio em R\$ 5 por dólar no fim do ano. Desse modo, não vemos muito espaço para algum reajuste residual de preços”.

Para o J.P. Morgan, o anúncio da Petrobras tem impacto total de 0,30 ponto. No entanto, o banco também já contava com uma alta de 8% da gasolina em suas estimativas. “Assim, metade do impacto potencial já estava incorporado”, diz uma nota a clientes.

Para agosto, o IPCA estimado pelo J.P. passou de 0,12% para 0,19% e, para setembro, de 0,25% para 0,36%. “Apesar disso, como também ajustamos para baixo a inflação do quarto trimestre, na esteira de menores tarifas de passagens aéreas e alimentos, mantivemos nossa projeção para o fim do ano em 4,8%.”

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 16/08/2023****Seção: Brasil****Autor: Jéssica Sant'Ana e Beatriz Olivon****Título: Haddad negocia acordo de R\$ 30 bi com Petrobras**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem negociado com o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, para que a companhia faça um acordo e pague parte do passivo de processos que tem no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). A Petrobras nega a informação.

O Valor apurou que a Petrobras já teria concordado em pagar R\$ 30 bilhões ainda neste ano, fruto do contencioso que acumula no Carf. O valor ajudaria a engordar a receita do governo. Outra parte do passivo ainda estaria em negociação.

A informação foi divulgada pelo jornal "O Estado de S. Paulo" e confirmada pelo Valor. A Petrobras nega e diz que "eventuais decisões relativas à gestão de seu passivo tributário são pautadas em análises criteriosas e estudos técnicos, em observância às práticas de governança e os procedimentos internos aplicáveis, considerando a análise de riscos de possíveis decisões desfavoráveis tanto na via administrativa quanto na via judicial".

"Sendo assim, são infundadas as notícias a respeito de negociação de acordo com a União no contexto do estabelecimento das regras do projeto de Lei do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Fatos julgados relevantes sobre o tema serão tempestivamente divulgados ao mercado", afirmou.

O avanço do acordo, contudo, depende da aprovação do projeto de lei que trata sobre o retorno do voto de qualidade em favor do fisco no Carf. O projeto já foi aprovado pela Câmara e está em tramitação no Senado.

No formulário de referência, documento enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Petrobras indica que tem cerca de R\$ 46 bilhões em processos no Carf passíveis de risco, ou seja, de serem perdidos pela estatal. Porém, a lista traz somente processos não sigilosos relevantes, o que significa que o contencioso pode ser maior.

Um dos principais assuntos para a Petrobras no Carf é a tributação de remessas efetuadas ao exterior devido a pagamentos de afretamento de embarcações. A Receita desconsidera alguns contratos que a empresa aponta como afretamento e diz tratar-se de importação de serviços. A companhia já perdeu alguns

processos sobre o tema no conselho. Outras empresas do setor discutem o mesmo assunto.

Outro tema relevante para a Petrobras no Carf é a tributação dos lucros auferidos por empresas estrangeiras coligadas/controladas, uma tese também discutida por outras companhias. As empresas alegam que não é possível a tributação dos lucros auferidos por empresas sediadas em países amparados por tratados contra a dupla tributação da renda.

Em geral, os dois assuntos dividem os conselheiros e são decididos no desempate, alvo do PL do Carf. Em agosto de 2022, a Petrobras venceu um processo sobre lucros no exterior no Carf no valor de R\$ 6,2 bilhões. Naquela época, por causa do desempate a favor dos contribuintes as empresas vinham conseguindo vencer disputas sobre esse assunto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/08/2023

Seção: Brasil

Autor: Lu Aiko Otta

Título: PAC aposta em investimentos privado

Criadas há quase 20 anos, no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, as Parcerias Público-Privadas (PPPs) estão pipocando pelo país. Nos últimos 90 dias, foram lançados 120 novos editais de licitação de PPPs ou de concessões. Outros 43 estão numa etapa anterior de elaboração, a consulta pública. Praticamente a cada dois dias, um novo contrato é assinado no Brasil.

Os números são listados por Guilherme Naves, sócio da consultoria Radar PPP, que monitora esse mercado desde 2014. O movimento é largamente liderado pelos municípios, responsáveis por 3.293 contratos de um total de 4.888.

As PPPs mais numerosas envolvem modernização e manutenção da iluminação pública. Prefeitos relatam ao governo os benefícios observados: queda na conta de energia, melhora na segurança pública, embelezamento de áreas e monumentos. O sucesso em uma cidade estimula as vizinhas a buscar o mesmo arranjo.

Por essa e outras, o número de PPPs está em aceleração. Antes restrita aos municípios de grande porte, as parcerias com empresas estão chegando também às prefeituras menores, disse Naves.

PPPs e concessões serão peças importantes do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado no último dia 11. O ministro da Casa Civil, Rui Costa, afirmou que a versão atual se diferencia das anteriores por promover, induzir, estimular e apoiar parcerias com empresas. “Todos os projetos que ficarem de pé, seja por concessão ou PPP, essa é a opção prioritária”, afirmou. Caso contrário, entrarão os recursos públicos.

É uma aposta forte em algo que há pouco tempo gerava incerteza entre investidores. “Havia dúvida se ele [Lula] aproveitaria o PPI [Programa de Parcerias de Investimentos] ou mesmo a carteira de projetos, por causa do alinhamento mais à esquerda”, disse o advogado Fernando Vernalha, especialista em infraestrutura e sócio do escritório Vernalha Pereira. “O mesmo discurso que ele fez contra privatizações, com o qual não concordo, poderia fazer em relação a concessões e PPPs.” Porém, o anúncio do PAC mostra que o governo foi pragmático, avaliou.

A vantagem de apostar em concessões e PPPs é que elas têm sido mais eficientes do que os investimentos públicos para atender à população, avaliou o advogado Mauricio Portugal, especialista nessa área e sócio do Portugal Ribeiro Advogados. Naves e Vernalha têm a mesma opinião.

A parte do PAC que gera dúvidas e críticas é exatamente a que envolve recursos do Orçamento da União e das empresas estatais. A começar pelos recursos. Como o arcabouço fiscal ainda não foi aprovado, não se sabe qual exatamente será o espaço para os investimentos públicos, notou Vernalha. Além disso, olhando para as edições anteriores, uma grande quantidade de projetos tocados por prefeituras não foi concluída.

Obras paralisadas e suspeitas de corrupção estão em vários relatórios elaborados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) sobre os dois PACs anteriores, observou Naves. Em relação à versão atual, a principal dúvida é a execução. Há temor que obras públicas ganhem precedência por critérios políticos, e não técnicos. Foi interessante a iniciativa da Casa Civil de ouvir governadores, mas um programa nacional de infraestrutura não é um “junta-junta” de prioridades, comentou.

Está nos planos do governo uma reforma nas leis de concessões e PPPs. Vernalha avaliou que há espaço para aperfeiçoamentos, dado que essas são, respectivamente, de 1995 e de 2004. No entanto, alertou que é preciso cuidado. “Para ter segurança jurídica, não podemos mudar a lei toda”, disse. “Até porque

não precisa, os contratos vêm funcionando muito bem.” A experiência acumulada e a jurisprudência já construída dão segurança ao investidor, pontuou.

A volta da marca PAC trouxe consigo lembranças de um passado de baixa eficiência e má alocação de recursos públicos. Apesar disso, é boa notícia o intuito do governo de fortalecer investimentos em infraestrutura, apoiados em parcerias entre empresas e governos, com especial atenção a projetos em municípios. Melhor ainda que isso seja feito como política de Estado, respeitando avanços institucionais ocorridos ao longo do tempo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/08/2023

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt, Murillo Camarotto e Estevão Tair

Título: Apagão afeta 30 milhões, e governo vê 2 falhas no sistema

O apagão que afetou quase todos os Estados e cerca de 30 milhões de pessoas foi causado por duas falhas simultâneas no sistema. Uma delas foi a sobrecarga em uma linha de transmissão no Ceará e outra ainda estava em investigação até a noite desta terça-feira. O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, informou em entrevista à imprensa que as autoridades do setor ainda apuram os detalhes sobre o que causou o incidente e prometeu divulgar um relatório técnico em 48 horas.

Silveira não descartou a possibilidade de que a interrupção tenha sido causada intencionalmente e disse que acionaria a Polícia Federal (PF) e a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para que os órgãos investiguem o episódio.

O blecaute ocorreu por volta das 8h30m e atingiu 25 Estados, além do Distrito Federal - somente Roraima não foi afetado. O sistema só voltou a operar dentro da normalidade seis horas depois, às 14h49m, após as falhas terem sido contornadas.

O incidente ocorreu enquanto o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) estava no Paraguai, onde participou da posse de Santiago Peña, novo presidente do país vizinho. Silveira, que acompanhava a comitiva presidencial, antecipou o retorno a Brasília, onde o MME criou uma sala de situação para acompanhar os desdobramentos do episódio.

O vice-presidente Geraldo Alckmin, que estava no exercício da Presidência no momento em que a falha ocorreu, avaliou que houve uma “ação rápida” dos órgãos envolvidos para restabelecer o fornecimento de energia no país.

Autoridades avaliaram que o problema não foi causado por uma questão estrutural. Em entrevista à imprensa, Silveira afirmou que o sistema brasileiro é robusto e frisou que os reservatórios estão cheios, ao descartar que não há risco de desabastecimento e criticou a gestão passada, do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, durante a qual o país passou por uma crise hídrica e foi preciso acionar usinas térmicas - mais caras e poluentes - para suprir a demanda por energia.

No fim da manhã, quando partes do país ainda estavam sem luz, o diretor geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Sandoval Feitosa, defendeu que o setor elétrico conta com sistema de “transmissão sofisticado” com diversos agentes que atuam ainda nos segmentos de geração e distribuição de energia elétrica.

Em outra frente, técnicos do Ministério da Fazenda também descartaram, nos bastidores, a possibilidade de que o episódio se transforme em uma crise com efeitos sobre a atividade econômica. “[O problema] me pareceu ser descrito como algo episódico e não estrutural da rede”, diz.

Em seu último Boletim MacroFiscal, divulgado na segunda quinzena de julho, a Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda afirmava que a indústria de produção e distribuição de energia e gás surpreendeu “positivamente no primeiro trimestre, garantindo um carregamento estatístico alto para o restante do ano”, de 4%.

Embora as causas do blecaute ainda estejam sendo investigadas, o governo não descarta a possibilidade de dolo - ou seja, que o episódio tenha sido provocado intencionalmente.

Segundo Silveira, um dos indícios de que possa ter havido uma ação intencional é o horário em que o blecaute ocorreu, no início da manhã. Esse é um momento do dia com menor demanda por energia, o que diminui o risco de operação da rede. O pico de consumo ocorre geralmente na parte da tarde, quando há aumento de temperatura e os aparelhos de ar-condicionado são ligados em grande quantidade.

“Não há insinuação, o que há são critérios [para pedir a investigação]”, disse Silveira. “Não descartamos a possibilidade de dolo”, pontuou.

De acordo com ele, acontecimentos como o de ontem são raros e só acontecem quando há mais de uma intercorrência de grande magnitude no sistema.

Segundo fontes, o pedido de investigação ainda não chegou à PF, mas a expectativa é de que isso ocorra em breve. O pedido de apuração deve ser feito por meio do Ministério da Justiça, acionado pelo MME para tocar a apuração do incidente.

O episódio fez integrantes do governo retomarem as críticas à privatização da Eletrobras. Segundo Silveira, o processo de capitalização da empresa fez “muito mal ao sistema”. Ele afirmou, no entanto, que seria leviano estabelecer relação de causa e efeito entre a desestatização e o episódio.

Apesar das críticas, o ministro não informou se a linha de transmissão onde a falha foi identificada era operada pela companhia. Ele sinalizou que poderia mencionar o nome da empresa responsável pelo equipamento, mas preferiu aguardar o relatório do Operador Nacional do Sistema (ONS).

“A privatização da Eletrobras fez muito mal ao sistema. Os brasileiros perderam muito com essa privatização”, disse o ministro

A declaração ecoou comentário da primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, que lembrou em suas redes sociais que a privatização da Eletrobras havia sido concluída no ano passado, em uma referência indireta ao blecaute.

A privatização da Eletrobras, realizada no governo passado, foi vista por analistas como uma operação necessária para elevar a capacidade de investimento da companhia. A operação, no entanto, é alvo de críticas do presidente Lula e aliados desde as eleições presidenciais no ano passado.

Em maio, a Advocacia-Geral da União (AGU) entrou com um processo no Supremo Tribunal Federal (STF) questionando trechos da privatização, principalmente o mecanismo que permite à União votar apenas com 10% das ações, apesar de o governo federal deter cerca de 43% do poder acionário da empresa.

As críticas ocorreram um dia após a renúncia de Wilson Ferreira do cargo de diretor-presidente da Eletrobras. Silveira disse que tomou conhecimento da

notícia pela imprensa, o que, segundo ele, denota o distanciamento entre o governo e o conselho de administração da companhia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/08/2023

Seção: Brasil

Autor: Fábio Couto

Título: Falta governança no setor elétrico, dizem especialistas

A falta de informações claras sobre as causas do apagão e o protagonismo do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, em uma entrevista coletiva que deveria ser técnica para explicar as causas do apagão são um sinal de que há falta de governança e liderança no setor elétrico, cuja complexidade técnica e importância requerem transparência, dizem fontes a par do tema, que falaram ao Valor na condição de anonimato.

O desligamento ocorrido na manhã da terça (15), que retirou quase 20 gigawatts (GW) de carga do sistema elétrico, teria sido causado “por uma contingência no Ceará” e uma segunda falha, num ponto não revelado pelo ministro, que participou da entrevista.

O diretor-geral da Agência Nacional da Energia Elétrica (Aneel), Sandoval Feitosa, e o secretário de planejamento e desenvolvimento energético do MME, Thiago Barral, participaram da entrevista, mas não se manifestaram, contrariando uma prática comum em blecautes de grandes dimensões.

Um dos questionamentos é a demora em restabelecer totalmente a energia seis horas após o início do blecaute, que afetou todos os Estados, em maior ou menor grau, exceto Roraima, que não está conectado à rede nacional.

Para uma fonte do setor elétrico, causou surpresa que uma questão técnica tenha sido respondida de forma política, o que abre espaço para aparelhamento das autoridades responsáveis pelo funcionamento do setor elétrico.

Para essa fonte, as características do apagão indicam uma relação com linhas de longa distância, que conectam regiões do país, como um dos bipolos de Belo Monte. Uma linha transporta a energia do Xingu até Araraquara (SP), e outra, até a região de Resende (RJ). Essas linhas têm alta capacidade de transmissão, e em tecnologia de corrente contínua.

“Uma falha no Ceará não derruba um sistema inteiro”, disse a fonte, para quem o apagão tem sinais de que foi causado por falha operacional, seja humana, seja de equipamento.

Outro especialista afirmou que esse tipo de problema tende a ter relação direta com falha humana. Isso porque, segundo a fonte, a hidrelétrica de Belo Monte está operando com baixa geração por causa do período seco. A fonte considerou estranho uma carga de 16 GW levar tanto tempo para ser restabelecida (seis horas), sendo que os reservatórios estão cheios e há flexibilidade para o sistema.

Em entrevista ao Valor, o diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico, Luiz Carlos Ciochi, destacou que a hidrelétrica opera apenas com uma turbina, por causa do período seco, de modo que seria muito difícil a usina causar uma falha dessa magnitude. Nenhuma hipótese está sendo descartada neste momento, segundo Ciochi (veja reportagem nesta página).

Silveira chegou a responsabilizar a privatização da Eletrobras como um dos motivos do apagão. No entanto, os bipolos de Belo Monte, até agora os principais suspeitos do desligamento, têm controle distinto. A chinesa State Grid controla a Belo Monte Transmissora de Energia, com 51%, dividindo o restante do ativo com Furnas e Eletronorte, e a Xingu - Rio Transmissora de Energia, com 100% de participação.

O ministro também não descartou que tenha havido sabotagem na operação e disse que acionará a Polícia Federal e a Agência Brasileira de Investigação (Abin) para apurar as causas do blecaute. No início do ano, torres de transmissão foram derrubadas em várias partes do país, como parte dos atos antidemocráticos após a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para presidente.

Em 2009, uma falha na operação do sistema de transmissão que escoava a energia de Itaipu deixou mais da metade do país às escuras. Uma das três linhas entrou em curto-circuito e saiu do sistema elétrico. Porém, uma segunda linha estava desligada, causando sobrecarga na terceira linha restante, que se desconectou do sistema elétrico, após atuação da proteção.

Em 2018, um apagão semelhante deixou cerca de 70 milhões de pessoas sem energia, por causa de uma falha em linha de transmissão que conecta Belo Monte ao sistema. Em novembro de 2021, um incêndio em uma subestação deixou quase todos os municípios do Amapá no escuro por 20 dias.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 16/08/2023****Seção: Brasil****Autor: Rafael Rosas e Fábio Couto****Título: Diretor-geral da NOS diz que em 48 horas poderá dizer o que causou o apagão**

O diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Luiz Carlos Ciocchi, afirmou que em 48 horas o órgão terá condições de dizer qual foi a origem exata da "perturbação no sistema" que causou o apagão que atingiu 25 Estados e o Distrito Federal nesta terça-feira (15).

Ciocchi ressaltou que o que se sabe até o momento é que houve uma "variação profunda e não programada de frequência" em uma região elétrica no Ceará. O diretor-geral destacou ainda que, na área, operam diversas empresas donas de subestações, linhas de transmissão e equipamentos de geração. Ou seja, ainda não é possível identificar se o problema se originou do equipamento de alguma empresa específica.

"É difícil saber exatamente o que aconteceu", disse Ciocchi. "Não é uma única linha, não é uma única subestação. É um conjunto de linhas e geradores", acrescentou.

O diretor-geral do ONS afirmou também que uma avaliação mais profunda será feita ainda num horizonte mais longo, de um mês, por meio de um Relatório de Análise de Perturbação (RAP), que detalhará de forma definitiva as causas do incidente.

Ciocchi também explicou que essa ocorrência no Ceará pode ter sido a razão de uma segunda perturbação que foi identificada pelo sistema, em local ainda não definido. "O mais provável é que o evento no Ceará tenha causado uma variação de frequência muito brusca e inesperada ou foi efeito de outra ocorrência que ainda não conhecemos", disse.

Ele acrescentou que nenhuma hipótese está sendo descartada, entre elas falha de equipamento, falha humana, erro no procedimento de operação, entre outros

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 16/08/2023****Seção: Opinião****Autor: Danyelle Bemfica****Título: É hora de alinhar o mercado de energia com o futuro**

A Consulta Pública 152/2023 do Ministério de Minas e Energia (MME), encerrada no dia 26 de julho, propôs diretrizes para o tratamento das concessões de distribuição de energia elétrica com vencimento contratual entre 2025 e 2031. As referidas concessões atendem 120 milhões de brasileiros e representam cerca de 62% do mercado de distribuição de energia, concentrado em 20 distribuidoras.

A Lei 12.783/2013 estabelece que, a partir de 12 de setembro de 2012, as concessões de distribuição de energia poderão ser prorrogadas a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 anos, sendo que a prorrogação dependerá da aceitação expressa das condições estabelecidas no contrato de concessão ou no termo aditivo.

Diante das transformações que o setor elétrico brasileiro está vivenciando, que possibilitam intensa digitalização das redes, descentralização na contratação da energia e o maior protagonismo do consumidor, é fundamental que os novos contratos de concessão de distribuição conttenham cláusulas que estejam em harmonia com esses avanços.

Hoje o mercado esbarra em algumas limitações quando discute temas como suprimento de última instância, comercialização entre partes relacionadas e compartilhamento dos dados dos consumidores, temas que se tornarão ainda mais relevantes com a concretização da abertura do mercado de energia elétrica em curso para todos os brasileiros.

Nesse sentido, as cláusulas propostas pelo Ministério, que preveem a gestão eficiente dos ativos - que busca trazer menores impactos tarifários e incentivar a realização de investimentos em modernização de redes e serviços -, separação contábil dos serviços a serem prestados pelas distribuidoras, a proteção de dados dos usuários e a possibilidade de compartilhamento desses dados com terceiros, estão em completa harmonia com a nova dinâmica do mercado e com práticas adotadas por países mais desenvolvidos.

A inserção de cláusula de proteção de dados dos usuários e compartilhamento com terceiros é chave para o “inevitável processo de abertura do mercado”, como bem ponderado pelo MME na Nota Técnica 14/23, pois dará ao

consumidor, em respeito à legislação vigente, conhecimento e poder de uso aos seus próprios dados de consumo, incluindo a liberdade de compartilhá-los com quem e como desejar. É o conceito do “open energy”.

O exercício desse direito resultará em isonomia concorrencial no mercado de energia, ao permitir que todas as empresas tenham a possibilidade de acessar tais dados e, dessa forma, oferecer serviços personalizados aos consumidores.

Complementarmente, com objetivo de aproximar as concessionárias de distribuição e os consumidores brasileiros, foram propostas pelo MME contrapartidas sociais em eficiência energética. Trata-se de investimentos a serem realizados pelas concessionárias, segundo diretrizes do poder concedente, dentro de um período de cinco anos, a partir da assinatura do novo contrato de concessão de distribuição.

Nesse aspecto, o MME sugeriu um rol de ações em que os respectivos investimentos devem ser realizados pelas concessionárias em favor da população, entre elas a modernização de sistemas de medição, com objetivo de propiciar outras soluções tecnológicas e outros serviços aos consumidores brasileiros.

A realização desses investimentos em medição beneficiará tanto as distribuidoras como os consumidores e demais agentes do setor uma vez que medidores mais modernos permitem detecção mais rápida de desligamentos, controle de consumo, melhora na qualidade de fornecimento e aumento das informações de consumo aos consumidores, que poderão fazer gestão mais eficiente do uso da energia elétrica no dia a dia.

Paralelamente ao processo de prorrogação ou nova licitação das concessões de distribuição, é importante que o Ministério defina o cronograma de abertura integral do mercado de energia elétrica, conforme autoriza a Lei 9.074/95 e em linha com as Portarias MME 514/18, 465/19 e 50/22, e atue junto ao Congresso Nacional para dar seguimento às demais propostas legislativas de modernização do mercado.

Isso dará previsibilidade para todos os agentes do mercado, inclusive para as distribuidoras, quanto ao rumo e a velocidade da modernização que o setor elétrico deverá vivenciar nos próximos anos. Trata-se de questão-chave, pois torna claro o ambiente em que agentes e empresas atuarão pelos próximos 30 anos.

Estudo elaborado pela EY para a Abraceel mostra que é possível que todos os consumidores atendidos em baixa tensão, sem exceção, tenham a possibilidade de escolher seu fornecedor de energia e usufruir dos benefícios do mercado livre a partir de 2026, sem impactar o portfólio das distribuidoras.

O referido estudo pondera ainda que a abertura integral do mercado de energia elétrica beneficiará todo o setor, pois resultará em redução do gasto na compra de energia, o que aumentará a renda disponível em 0,7%, liberando mais de R\$ 20 bilhões por ano para compras de bens e serviços, além de causar elevação do PIB de 0,56% e gerar cerca de 700 mil empregos.

A experiência internacional confirma que a liberdade de escolha do fornecedor de energia elétrica para todos os consumidores é a forma mais adequada para promoção de eficiência, aumento da produtividade e redução de custos. A abertura completa do mercado de energia elétrica permitirá que mais de 89 milhões de unidades consumidoras tenham maior protagonismo na escolha do seu fornecedor de energia elétrica e possam reduzir custos.

Dado esse cenário, a definição das diretrizes pelo MME subsidiará o processo de elaboração da minuta do termo aditivo pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e incentivará um mercado mais moderno e eficiente, com maior competição, isonomia entre agentes e protagonismo do consumidor.

Por essas razões, enxergo com entusiasmo os avanços que vêm sendo propostos e implementados no mercado de energia, em favor principalmente dos consumidores, ao buscar melhorar a qualidade do atendimento e a redução dos preços, assim como dar aos demais agentes novas ferramentas para otimizar o funcionamento do mercado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/08/2023

Seção: Negócios

Autor: Maria Luíza Filgueiras

Título: Bastidores da Eletrobras: de foto na parede á demissão de VP

Na segunda-feira, o chairman Ivan Monteiro chamou Wilson Ferreira Jr. para uma reunião. Os conselheiros não queriam mais ter suas definições ignoradas e o executivo não demonstrava muito interesse em escutá-las. Numa conversa

resumida por duas fontes no estilo “não é você, sou eu”, Ferreira, pragmático, pediu demissão. “Então vamos acabar com isso, eu saio.”

Não houve um acontecimento específico que levasse a esse desfecho, mas uma sequência de pequenos eventos e sinalizações ao longo do ano de que um entrosamento entre as duas instâncias da administração - conselho e diretoria - não aconteceria. O Pipeline ouviu três pessoas do alto escalão da Eletrobras, diretamente envolvidas no processo ou em determinados episódios. A coluna ainda não conseguiu ouvir Ferreira, um dos executivos mais respeitados do setor elétrico.

“O Wilson ignorava o que o conselho dizia. A comunicação era muito ruim e eu acho que, na verdade, ele não achava que tinha que prestar contas”, diz um executivo. “Pode ser uma herança de quem presidiu a Eletrobras estatal e falava direto com o ministro, sem muita atenção a um conselho que não tinha poder para demiti-lo”, analisa.

Uma dessas situações aconteceu no fim de junho, quando surgiram denúncias de supostas fraudes envolvendo o então vice-presidente de comercialização da Eletrobras, João Carlos Guimarães, e a companhia que presidira antes. Sem entrar no mérito da acusação, o conselho decidiu que era melhor demitir o executivo, que havia sido contratado por Ferreira, do que comprar a briga e encarar o risco em sua principal vice-presidência. Passou-se uma semana e Ferreira não havia dispensado o executivo como solicitado, quando foi novamente abordado pelos conselheiros: “a decisão é para comunicação imediata.”

O conselho também vinha reclamando da lentidão dos processos internos, com definições passando por diferentes consultorias contratadas, e da entrega de resultados. “No fim das contas, ainda parecia gestão de estatal, de certa forma. Você entra na Eletrobras e cada diretoria tem sua sala, antessala, secretárias, motorista”, diz esse executivo.

Aos presidentes, cabe também o retrato na parede - outro ponto de discórdia. No primeiro mês da nova gestão, os conselheiros falaram sobre o anacronismo daquela galeria, que caberia a Ferreira desmontar. Um ano depois, os presidentes seguem estampados nas paredes. “É uma coisa tão simbólica de estatal, que seria tão simples de resolver e fazer como o conselho queria, mesmo que ele achasse uma bobagem”, exemplifica uma fonte.

Uma pessoa próxima a Ferreira diz que ele achava mesmo “uma bobagem”, que não estava na sua lista de prioridades e nem via esse simbolismo. “Não houve entrosamento. Estavam com agendas diferentes e conselho queria amaciar a relação com o governo”, diz.

Os conselheiros também teriam ficado surpresos com a saída de um diretor que Ferreira tinha brigado para contratar. O conselho não queria o nome, e ele bancou. Meses depois, esse executivo aderiu ao PDV. O board só soube depois e estranhou não ter sido informado, já que se tratava de um cargo de reporte direto ao CEO e que tinha sido tema de debate.

Para um executivo que já trabalhou com Ferreira, essa narrativa soa estranha, já que ele causou desagrado ao governo justamente com medidas de eficiência, com fim dos cabines de emprego, gastos desnecessários e processos ultra burocráticos. “Ele é um executivo fora da curva e já provou isso.”

Para os conselheiros da Eletrobras, sua competência nunca ficou em xeque. Mas queriam um outro ritmo impresso à companhia neste momento, dizem as fontes. “O resultado foi bom, finalmente veio corte de custo e eficiência, mas podia ter sido melhor”, diz um executivo. “Era uma administração sem pressa para uma empresa privada, mas com certeza muito mais rápida do que estatais.”

Depois de uma reunião usual de board na semana passada, com a participação do CEO, alguns conselheiros saíram desanimados com as visões constantemente divergentes na cúpula. Ao longo do final de semana, trocaram mensagens e telefonemas e decidiram que era preciso ter “uma DR”. Na conversa, não houve proposição de soluções, tampouco briga. Foi após a reunião do CEO com o chairman que o board definiu que Monteiro assumiria a função executiva.

O posto de Monteiro, no entanto, não é interino, garantiram as fontes. “Ele está totalmente por dentro da companhia e é uma grande aposta”.

As fontes descartam um embate específico do ex-CEO com Pedro Batista, da 3G Radar, conselheiro e acionista. “Essa narrativa quem criou foi o governo, quando o Lula citou a 3G. O Pedro ajudou sim no processo de privatização. Chamou o Wilson, mas não passava a mão na cabeça, assim como os demais”, diz um executivo. O governo questiona judicialmente o poder da 3G Radar no conselho da Eletrobras.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 16/08/2023****Seção: Empresas****Autor: Felipe Laurence e Victoria Netto****Título: Ações caem na bolsa e analistas esperam continuidade de estratégia**

A saída surpreendente de Wilson Ferreira Jr. do cargo de diretor-presidente da Eletrobras chamou atenção de analistas que cobrem a antiga estatal elétrica pela forma inesperada como aconteceu. No entanto, o consenso é que hoje a empresa está com um direcionamento bem melhor e elogiaram a nomeação de Ivan Monteiro em seu lugar.

Na terça-feira (15), as ações ON e PN da Eletrobras fecharam em queda na B3. Os papéis ON fecharam a R\$ 35,11, com perda no dia de 3,54%. Já as ações PN caíram 3,66%, cotadas a R\$ 39,48.

Sem dar maiores detalhes a não ser que a decisão da saída do executivo, que já havia ocupado o posto de CEO da Eletrobras entre 2016 e 2021, foi por questões pessoais, a companhia empossou Monteiro, presidente do conselho de administração da companhia e ex-diretor-presidente da Petrobras, no cargo.

Os analistas André Sampaio, Guilherme Lima e Julia Zaniolo, do Santander, escrevem que a escolha de Ivan Monteiro para liderar a companhia garante uma transição no cargo sem impactos no atual processo de reestruturação e é um nome com melhor trânsito político.

“É melhor para a companhia que o novo diretor-presidente já assume com o processo em andamento”, afirma Antonio Junqueira, do Citi, lembrando que o novo diretor-presidente é um nome igualmente respeitado no mercado. O banco diz que Monteiro garante que a empresa se mantenha no rumo certo.

Para Maíra Maldonado, da XP, a nomeação do ex-diretor-presidente da Petrobras assegura que os principais objetivos estratégicos da Eletrobras continuam em vigor e devem ser colocados em prática. Ela questiona a comunicação da companhia, que não esclareceu os motivos da saída de Ferreira.

Os analistas do Itaú BBA liderados por Marcelo Sá ponderam que a saída de Ferreira foi surpreendente pela forma como aconteceu e também pela ausência de motivos, o que cria especulações sobre uma possível interferência do governo ou divergências de direcionamento com o conselho.

O Pipeline, site de negócios do Valor, apurou que uma série de pequenas divergências entre Ferreira e o colegiado foram se acumulando. (ver reportagem PIPELINE: De corte de VP a fotos na parede, o que tirou Ferreira Jr. da Eletrobras)

João Pimentel, Gisele Gushiken e Maria Resende, do BTG Pactual, lembram que a companhia já está avançando em seu processo de reestruturação, com conselho e diretoria fortalecidos, o que garante continuidade na estratégia. A saída foi tão inesperada que o banco teve reunião com o executivo na segunda-feira.

“Acreditamos que a saída de Ferreira tem um impacto negativo na tese, mas ressaltamos que a reestruturação da Eletrobras já está em andamento e os resultados recentes mostram isso”, corroboram Henrique Peretti e Victor Burke, do J.P. Morgan. A volatilidade das ações deve cessar quando Monteiro se estabelecer no cargo.

“Não descartamos a possibilidade de que o novo diretor-presidente busque estreitar o relacionamento com o governo federal”, afirmam Giuliano Ajeje e Gustavo Cunha, do UBS BB. A companhia deve priorizar ainda mais a redução de custos e revisar as participações em suas subsidiárias, ponderam.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/08/2023

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes

Título: Exclusivo: Unigel negocia prazo com credores, que buscam comprador para a empresa, dizem fontes

Em meio aos esforços para estancar grave crise financeira, a petroquímica Unigel tem avançado nas negociações com credores, que já começaram a se movimentar em busca de potenciais compradores da empresa ou de seus ativos industriais, apurou o Valor. Além de R\$ 500 milhões em debêntures, a companhia renegocia US\$ 530 milhões em bônus com vencimento em 2026.

Segundo duas fontes com conhecimento do assunto, assessores de debenturistas e de detentores dos bonds têm sondado empresas do setor petroquímico para medir o interesse nos ativos.

A companhia já havia contratado o Citi para buscar um sócio para o projeto de produção de hidrogênio verde na Bahia, que vai demandar investimentos de até

US\$ 1,5 bilhão, e colocado à venda a operação no México, que é relativamente pequena. Agora, a sondagem por parte dos credores vai além, incluindo outros ativos no Brasil.

Junto aos debenturistas, a Unigel busca prazo adicional de 90 dias para concluir a repactuação de R\$ 500 milhões em títulos emitidos no ano passado, cujo vencimento pode ser antecipado por causa do descumprimento de um compromisso relativo à alavancagem financeira. Conforme o Valor apurou, as conversas acontecem com um grupo que representa 70% dos debenturistas.

Diante do avanço nas tratativas, a Unigel convocou assembleia geral (AGD) para 5 de setembro, que vai votar o prazo de 90 dias e definir condições finais de renegociação das debêntures.

Segundo convocação publicada ontem (15), a assembleia vai decidir sobre a possibilidade de a companhia firmar novas operações financeiras para investir em projetos de crescimento em curso ou fazer frente aos gastos recorrentes de sua operação e eventual formalização de garantias reais a essa dívida, entre outros assuntos. Conforme as fontes, fundos de “special situations” colocaram recursos à disposição da empresa.

Em comunicado ao mercado, a companhia informou que o avanço nas tratativas com os debenturistas representa “um passo fundamental no processo de aprimoramento” de sua estrutura de capital. “A Unigel reitera sua confiança no processo e segue trabalhando em prol da construção de uma solução positiva a todos os envolvidos, e manterá seus investidores e o mercado em geral informados a respeito dos aspectos relevantes de seus negócios”, acrescentou.

A Unigel também tem conversas com os detentores de US\$ 530 milhões em bonds — US\$ 420 milhões emitidos em 2019 e US\$ 110 milhões em 2021, ambos com vencimento em 2026 — e outros credores financeiros. Recentemente, comentou uma das fontes, a companhia conseguiu alongar por 60 dias compromissos assumidos com o Morgan Stanley e o Goldman Sachs.

A companhia havia programado para segunda-feira (14) a divulgação dos resultados do segundo trimestre, que devem confirmar a quebra do compromisso assumido na emissão de debêntures, porém adiou a publicação por causa das negociações em curso com os credores. Ainda não há nova data definida

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 16/08/2023****Seção: Empresas****Autor: Kariny Leal e Fábio Couto****Título: Petrobras reajusta gasolina e diesel, mas defasagem persiste**

Depois de um longo período sem reajustar a gasolina e o diesel, a Petrobras anunciou nesta terça-feira (15) aumentos nos preços dos dois combustíveis, em uma decisão que reduz mas não elimina as defasagens em relação às cotações internacionais dos produtos, segundo especialistas. A gasolina, que não subia desde janeiro deste ano, vai ficar 16,3% mais cara para as distribuidoras a partir de agora. O diesel estava há mais de um ano, desde junho de 2022, sem altas e agora subirá 25,8% nas refinarias.

O Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE) estima que os preços de venda da gasolina da Petrobras para as distribuidoras ainda estão 20% abaixo do mercado internacional mesmo depois do reajuste. A conta considera o barril do Brent a US\$ 84,28 nesta terça-feira (15). Até segunda-feira essa defasagem era de 32,5%. No diesel, a diferença de preço entre os mercados interno e externo ainda é de 8,2% depois do aumento (antes era de 27,6%).

Em momento de alta do Brent, a Petrobras retardou o máximo que pôde o reajuste dos combustíveis no contexto da nova política de preços da companhia, anunciada em 16 de maio e alvo de críticas de analistas por falta de transparência. Em situações de pressões altistas como a atual, quanto mais a empresa demora para elevar os preços, maior terá que ser o aumento final. Embora o anúncio de ontem corrija em parte as perdas para a Petrobras, a dimensão do reajuste tem efeitos negativos sobre a inflação, por exemplo

“O reajuste melhora a situação da Petrobras, reduz os prejuízos, mas não resolve a falta de transparência da política de preços”, diz Pedro Rodrigues, diretor do CBIE. “Não teria problema se a Petrobras dissesse até qual patamar do Brent conseguiria sustentar os preços, ou que mostrasse uma análise gráfica. A falta de previsibilidade prejudica importadoras.”

Os reajustes anunciados pela Petrobras foram de R\$ 0,41 por litro para a gasolina A e de R\$ 0,78 por litro no diesel A. Com o aumento, os preços da estatal para a gasolina acumulam redução de R\$ 0,15 por litro no ano, e o diesel, de R\$ 0,69 por litro. A Petrobras afirma em nota que a nova estratégia comercial permitiu mitigar efeitos da volatilidade externa e propicia estabilidade aos clientes.

Segundo o Goldman Sachs, o aumento dos preços aponta que a estatal não deve subsidiar os combustíveis no Brasil: “As importações no país devem permanecer lucrativas e manter o mercado abastecido”, diz o relatório do banco. Os cálculos do Goldman Sachs indicam que a defasagem nos preços da gasolina da Petrobras fica em 8% em relação às cotações internacionais depois do reajuste. No diesel, os preços estão 7% abaixo dos praticados no exterior.

Reajuste melhora a situação, mas não resolve a falta de transparência”

Para a StoneX, a Petrobras tem espaço para reajustar os preços da gasolina nas refinarias em 9,6%, enquanto o diesel poderia ter aumento de 8,4%, para ficar em linha com o preço de paridade de importação. Thiago Vetter, analista da StoneX, diz que, após o reajuste, o preço do diesel ficou em linha com o produto russo importado, mais competitivo do que o americano.

Os efeitos políticos do anúncio da Petrobras são monitorados pelo mercado. Para a Ativa Investimentos, o aumento afasta rumores de que as decisões políticas prevalecem em assuntos estratégicos da estatal. Ilan Arbetman pondera, no entanto, que a cadeira da presidência da estatal é naturalmente um posto pressionado: “Aumentar combustíveis traz um desgaste entre a Petrobras e o governo, e isso não é específico dessa gestão”, diz o analista. A corretora estima que o Brent fique entre US\$ 70 e US\$ 90 até o fim de 2023.

“Nenhum governo gosta de aumentar combustíveis. O tema é sensível para o país. Jean Paul Prates [CEO da Petrobras] é pressionado o tempo todo, mas para ser presidente da estatal tem que saber lidar com todas as partes interessadas. O reajuste mostra que o presidente da Petrobras também precisa ser técnico. Caberá a Prates e seu corpo técnico administrar a pressão política com o aumento de hoje.” Para Arbetman, a depender dos movimentos do Brent e do dólar, é possível que a Petrobras eleve novamente os preços dos combustíveis, já que ainda resta um espaço de defasagem em relação aos preços internacionais: “O reajuste mostra que existe um limite para essa defasagem. Vai depender do câmbio e dos preços do Brent nos próximos meses.”

Marcus D’Elia, sócio da Leggio Consultoria, diz que o aumento garante o abastecimento nacional, facilitando a importação: “A defasagem remanescente pode ser compensada por custos finais mais baixos do diesel importado em outras origens, como a Rússia.”

A Vibra Energia (antiga BR Distribuidora) optou por não importar combustíveis russos no segundo trimestre para suprir a demanda interna, diante dos preços retidos pela Petrobras nas refinarias. No lugar da importação, a companhia preferiu cortar custos e estreitar relacionamento com a estatal, principal parceiro da distribuidora de combustíveis, afirmou Ernesto Pousada, presidente da Vibra.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/08/2023

Seção: Empresas

Autor: Eduardo Magossi

Título: Oferta limitada deve levar preço do petróleo aos US\$ 90

Embora preocupações com o enfraquecimento da economia chinesa tenham derrubado os preços do petróleo nos últimos dias, em meio a receios de uma queda na demanda da commodity pelo maior importador mundial, o sentimento de economistas de grandes bancos europeus e dos EUA é de que fundamentos construtivos irão fazer com que o petróleo termine o ano em patamares mais elevados que os atuais e sigam em torno de US\$ 90 em 2024.

“Vemos fatores do lado da oferta como mais importante para a dinâmica do mercado do que os de demanda e destaco três em particular: o gerenciamento proativo da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) em relação à produção, a decisão da Rússia em cortar a oferta e uma pausa dos Estados Unidos no uso de suas reservas estratégicas”, afirmou Jianwen Sun, estrategista de investimento quantitativo do banco suíço Lombard Odier, em entrevista ao Valor.

Nos últimos meses, a redução de oferta da Opep - juntamente com cortes voluntários unilaterais da Arábia Saudita - cortou a disponibilidade do óleo para cerca de 30 milhões de barris diários, o que impactou positivamente os mercados de petróleo. Mesmo com as quedas registradas nesta semana, os preços do petróleo WTI - referência americana - registram alta de 5,26% em 2023 e de 7,43% apenas em agosto, em torno de US\$ 80 por barril. Já os preços do petróleo Brent, referência mundial, sobem 2,74% no ano e 6,57% neste mês a US\$ 85 por barril.

“A oferta mundial do petróleo irá ficar ainda mais limitada no terceiro e quarto trimestres, com déficits expressivos no terceiro trimestre”, diz Sun. Ele cita que a Rússia está tendo um incentivo para cortar sua oferta. “O aumento dos preços do petróleo de exportação da Rússia de maior qualidade tirou a motivação dos compradores dos mercados emergentes pelo petróleo russo. Para voltar a ter poder de barganha, a Rússia agora está mais engajada em cumprir totalmente com os cortes de produção anunciados”, disse.

Além disso, Sun lembra que depois de jogar no mercado uma média de 450 mil barris diários de óleo nos últimos 18 meses, os EUA pausaram o uso de suas reservas estratégicas, removendo uma fonte de oferta. “Nós não podemos descartar também riscos geopolíticos. Além da guerra da Ucrânia, problemas no oeste e norte da África podem atingir países produtores que não são membros da Opep. Tudo isso pode limitar a oferta de petróleo e deixar o mercado ainda mais apertado.”

O economista também cita a redução dos temores de recessão, com a demanda de países emergentes mostrando-se resiliente, o que deve elevar a demanda global para um recorde neste terceiro trimestre. Segundo ele, os preços devem ser negociados entre US\$ 80 a US\$ 90 por barril no médio prazo, podendo chegar aos US\$ 100 se houver um choque de oferta expressivo.

O Goldman Sachs está projetando para este terceiro trimestre um déficit diário de 2,3 milhões de barris, recorde histórico, fruto de uma oferta de 100,6 milhões de barris diários e demanda superior, de 102,9 milhões. O banco também projeta déficits de oferta tanto em 2023 como em 2024, respectivamente de 400 mil barris diários e 600 mil barris. Daan Struyven, economista do Goldman, projeta um preço de US\$ 93 por barril para o segundo trimestre de 2024. Segundo ele, apesar do aumento do déficit, a elevação da capacidade ociosa da Opep, a expansão dos projetos offshore e o declínio dos custos de produção dos EUA podem limitar a alta dos preços.

Já Francisco Blanch, estrategista de commodities do Bank of America (BofA) projeta um preço de US\$ 90 para o Brent e de US\$ 85 para o barril de WTI em 2024 - US\$ 5 acima do preço atual. Segundo ele, os cortes da Opep farão com que os estoques caiam em 5,3 milhões diários. Mesmo com o enfraquecimento da China, este crescimento deve guiar o aumento do crescimento da demanda tanto em 2023 como em 2024.

Blanch espera um crescimento na demanda global de 1,9 milhão de barris diários em 2023 e de 1,06 milhão de barris diários em 2024. “Acreditamos, contudo, que as condições de demanda têm ainda que melhorar materialmente para registrar uma alta sustentada acima de US\$ 100 para o Brent”, afirma.

Segundo ele, embora as tendências globais de demanda para 2024 possam impulsionar ainda mais os preços, o BofA está cauteloso. “Nossos economistas aumentaram a expectativa para o PIB global para 3% em 2023 e para 2,8% em 2024”, explica. Porém, o crescimento ficará abaixo dos 3,5% a 4% necessários para compensar os cortes da Opep.

A estratégia de cortar a produção da Opep tem riscos, contudo. Norbert Rücker, economista do banco suíço Julius Baer, acredita que a política de cortar artificialmente a oferta feita pela Opep não está em um equilíbrio estável. “Interesses divergentes entre os produtores e o descontentamento dos preços inflados artificialmente entre os compradores podem eventualmente afetar a estratégia da Opep”, afirma

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/08/2023

Seção: Finanças

Autor: Estevão Taiar, Guilherme Pimenta e Jéssica Sant’Ana

Título: Combustível terá impacto de 0,4 no IPCA, diz Campos

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, afirmou ontem que o aumento do preço dos combustíveis anunciados pela Petrobras terá impacto total de 0,4 ponto percentual sobre a inflação cheia entre agosto e setembro. “Hoje [ontem] teve um aumento grande [de combustíveis], que tem um impacto na inflação de 0,40 [ponto percentual] entre agosto e setembro. É impacto indireto na cadeia no caso do diesel. Mas, da gasolina, é direto no IPCA. A gente vai ver algumas revisões [do IPCA] com o reajuste”, disse em palestra durante almoço com parlamentares da Frente Parlamentar Mista do Empreendedorismo (FPE) e representantes do Instituto Unidos Brasil (IUB), em Brasília.

No mesmo evento, Campos disse que, para a trajetória na queda de juros “ser mais longa e estável”, é preciso endereçar a política fiscal. “Abrimos um espaço que foi construído com todos, e entramos numa trajetória de queda [de juros]”, comentou.

Campos citou algumas medidas do lado da arrecadação que foram sugeridas pelo governo federal. Ao falar que ninguém quer aumento de impostos, citou que “precisamos equilibrar as contas”.

Mais cedo, o presidente do BC chegou a dizer que há uma desancoragem nas expectativas, já que o mercado não acredita que o governo conseguirá zerar o déficit nas contas públicas em 2024. A taxa de juros real no Brasil tem caído, segundo avaliou Campos, e também argumentou não ser verdade que só trabalha com juros altos. “Colocamos a taxa de juros em 2% quando entendemos que a pandemia poderia gerar uma depressão.”

Ontem também, durante evento promovido pelo Conselho Federal de Economia (Cofecon), o diretor de política monetária do BC, Gabriel Galípolo, disse que a ata da última reunião do Copom foi “muito feliz em refletir os sentimentos da diretoria. Segundo Galípolo, as divergências explicitadas na ata são todas técnicas e defensáveis. Galípolo também citou que, apesar das visões diferentes, “há uma convergência das posições sobre o que se fazer daqui para frente”.

Já a diretora de assuntos internacionais e gestão de riscos corporativos do BC, Fernanda Guardado, afirmou que “o ajuste” nos cortes da Selic, em caso de piora de cenário, “pode ser feito no tamanho do orçamento” da política monetária. O orçamento é o tamanho do ciclo de cortes. “À medida que o tempo passa, incertezas se realizam, choques acontecem, e o orçamento pode ser menor do que o esperado”, disse na 3ª Conferência da XP Inc. sobre Política e Economia.

VEÍCULO: O Estado de São Paulo

Data: 16/08/2023

Seção: Economia

Autor: Adriana Fernandes e Mariana Carneiro

Título: Haddad mira R\$ 30 bi da Petrobras para garantir ajustes fiscal em 2024

Ministério da Fazenda negocia acordo para que estatal encerre disputas com a Receita Federal no âmbito do Carf

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, negocia com o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, um acordo para a companhia pagar pelo menos R\$ 30 bilhões para encerrar litígios com a Receita Federal com base nas regras de projeto de lei para o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) em negociação no Congresso. O acordo é a principal fonte de arrecadação com que

o governo conta para atingir a meta de zerar o rombo das contas públicas no ano que vem. O avanço, porém, depende da aprovação do projeto no Senado.

O Estadão apurou que o governo conta com cerca de R\$ 90 bilhões no caixa decorrente da aprovação do projeto do Carf. O texto já teve o sinal verde dos deputados em junho e, por isso, a expectativa do governo é de que não seja contaminado pela crise aberta pelo próprio Haddad ao dizer que a Câmara tem hoje um “poder muito grande” – o que causou um mal-estar entre deputados.

Haddad e Prates negociam as condições e o prazo para o pagamento no momento em que a petrolífera também prepara a recompra de ações no mercado – processo que também vai consumir recursos da empresa. Os valores em discussão ainda não estão fechados, e no governo há a expectativa de que possam subir para até R\$ 50 bilhões. Segundo pessoas envolvidas na negociação, Prates sinalizou que a companhia poderia arcar com 30% do valor total do passivo no Carf no curto prazo.

VOTO DE QUALIDADE

O Carf é o tribunal administrativo que julga os recursos contra autuações da Receita Federal. O projeto de lei que tramita no Senado assegura a volta do chamado voto de qualidade (espécie de voto de Minerva) da Receita nas decisões em que houver empate, além de tratar das regras para as empresas regularizarem os débitos.

O projeto permite, entre outros pontos, o cancelamento de multas e representação fiscal para fins penais nos casos em que o julgamento foi favorável ao governo. Os débitos já inscritos em dívida ativa da União também poderão ser objeto de proposta de acordo de transação tributária específica, de iniciativa da empresa.

Na última sexta-feira, Haddad disse que, para 2024, um terço do ajuste fiscal prometido virá do projeto do Carf, no que fontes do governo atribuem à Petrobras. A estatal também pode fazer depósitos judiciais para continuar nos casos em que a companhia entender que pode vencer o litígio. Os depósitos entrariam, nesse caso, como receita primária.

Procurada pela reportagem desde segunda-feira, a Petrobras não se manifestou. Em comunicado ao mercado, disse que as notícias seriam “infundadas” e que “eventuais decisões relativas à gestão de seu passivo tributário são pautadas em análises criteriosas e estudos técnicos, considerando a análise de riscos de

possíveis decisões desfavoráveis tanto na via administrativa quanto na via judicial”. Procurada, a Fazenda não retornou.

‘ROBIN HOOD’

O governo também conta com outras medidas para reforçar o caixa. Há uma necessidade em torno de R\$ 130 bilhões de aumento de arrecadação. Entre as iniciativas, está a mudança na tributação de fundos exclusivos de investidores de alta renda e de investidores fora do País, conhecidos como offshore.

Essas propostas, que ganharam o apelido de “Robin Hood” no Congresso por terem como foco o contribuinte de renda mais alta, enfrentam resistências de parlamentares. Os fundos exclusivos podem render cerca de R\$ 26 bilhões, mas o governo, ao enviar a proposta ao Congresso, deve fazer uma projeção mais conservadora, entre R\$ 10 bilhões e os R\$ 26 bilhões.

A equipe econômica também estuda mudanças no instrumento de Juros sobre Capital Próprio (JCP), mecanismo criado após o Plano Real com o fim da correção monetária sobre os balanços. O JCP é uma forma que as grandes empresas usam para remunerar seus acionistas – a despesa pode ser deduzida do IR a pagar.

Dessas iniciativas, apenas a que taxa investimentos no exterior teve sua discussão iniciada no Congresso. Por iniciativa do governo, a tributação foi incluída no relatório que tratou da nova regra de correção do salário mínimo.

VEÍCULO: O Estado de São Paulo

Data: 16/08/2023

Seção: Economia

Autor: Renata Okumura

Título: Apagão afeta escolas, transportes e hospitais

O apagão que interrompeu ontem o fornecimento de energia em todas as regiões do País causou transtornos ao transporte público em várias capitais ao longo da manhã, onde houve também problemas no trânsito em razão do desligamento de semáforos. Escolas suspenderam as aulas e unidades de saúde e hospitais tiveram de remarcar consultas. Estabelecimentos comerciais e residências também ficaram sem energia.

Em São Paulo, um dos serviços mais afetados foi o do metrô, que teve cinco linhas prejudicadas. A Linha 4-Amarela operou, entre 8h30 e 9h25, com velocidade

reduzida e maior tempo de intervalo dos trens entre as estações, o que resultou em plataformas lotadas de passageiros à espera de transporte.

“A energia foi restabelecida de forma gradual, sendo totalmente normalizada no Rio de Janeiro às 8h48 e, em São Paulo, às 9h20”, informou a Enel, empresa de distribuição de energia desses Estados, além do Ceará, onde o fornecimento só foi restabelecido às 12h14.

Em Fortaleza, moradores reclamaram de semáforos totalmente apagados pela manhã. Residências e estabelecimentos comerciais também foram afetados pela falta de energia.

O apagão também afetou todo o Estado da Bahia e - fez com que passageiros do metrô da capital, Salvador, e da cidade de Lauro de Freitas abandonassem as composições e caminhassem em meio aos trilhos. O sistema ficou inoperante e metade do Estado da Bahia continuou sem luz pelo menos até o início da tarde.

AMAZONAS. Segundo a Secretaria Municipal de Saúde de Manaus, algumas Unidades Básicas de Saúde (UBSs) que não têm geradores precisaram remarcar exames e consultas. Todas as 502 escolas de Manaus foram impactadas e os alunos, dispensados às 9h30.

VEÍCULO: O Estado de São Paulo

Data: 16/08/2023

Seção: Economia

Autor: Denise Luna/ Fernanda Trisotto

Título: Petrobras reajusta preços; BC prevê impacto na inflação

Alta de combustível vai pesar na inflação

Petrobras anuncia reajuste de 16,2% para o preço da gasolina e de 25,8% para o do diesel, o que levou o mercado a revisar as estimativas para o fechamento do IPCA no ano

No primeiro aumento de preços desde o início do governo, a Petrobras anunciou ontem reajuste de 16,2% para a gasolina (o equivalente a R\$ 0,41 por litro) e de 25,8% (R\$ 0,78) para o diesel nas suas refinarias. O anúncio levou o mercado a rever suas projeções para o IPCA no ano. Até o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, falou em impacto na inflação por conta do “grande aumento”.

“O impacto da gasolina é direto na cadeia”, afirmou ele. Nas suas contas, a alta dos combustíveis deve puxar o IPCA em “mais ou menos 0,40 ponto porcentual entre agosto e setembro”.

Já o Itaú Unibanco reviu sua estimativa para o índice no fim do ano, de 4,9% para 5,1%. O banco calcula que o reajuste da gasolina deve gerar um impacto de 0,32 ponto, enquanto o do diesel deve responder por uma alta adicional de 0,02 ponto. “O movimento veio acima da nossa expectativa de curto prazo, que embutia um reajuste menor na gasolina, próximo de 5%”, disse o banco. Outra instituição que reviu seus números foi a Warren Rena, de 4,6% para 5%.

A atual direção da Petrobras vinha sendo criticada por retardar o repasse de aumento de custos com a compra do petróleo para os preços no mercado nacional. Em maio, a empresa abandonou o antigo modelo de PPI (Preço de Paridade de Importação), que acompanhava a oscilação de valores internacionais.

Ontem, no comunicado que trouxe os novos valores, disse que, “estando a Petrobras no limite da sua otimização operacional”, foi “necessário realizar ajustes de preços para ambos os combustíveis, dentro dos parâmetros da estratégia comercial, visando reequilíbrio com o mercado e com os valores marginais para a Petrobras”. Segundo a Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), mesmo com o reajuste os preços mantêm defasagem com os valores no exterior.

VEÍCULO: O Estado de São Paulo

Data: 16/08/2023

Seção: Economia

Autor: Marlla Sabino e Mariana Carneiro, Luiz Araújo e Ludmylla Rocha

Título: Falta de energia atinge 25 Estados e o DF e governo diz desconhecer causa

ONS deve apresentar relatório em até 48 horas, mas ministro pede entrada da PF e da Abin nas investigações

Uma falha no sistema elétrico nacional provocou ontem um apagão que atingiu 25 Estados e o Distrito Federal e, segundo estimativa do próprio governo, afetou um terço dos consumidores brasileiros (mais informações nesta página). O blecaute, que durou cerca de seis horas em algumas cidades, foi mais intenso no

Norte e Nordeste. Apenas Roraima, que ainda não está conectado ao sistema, não registrou problemas.

As causas do apagão ainda não foram determinadas oficialmente, e a informação é de que o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), responsável pela coordenação e controle dos setores de geração e transmissão de energia no País, vai apresentar relatório em até 48 horas. Mas o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse que as investigações terão participação da Polícia Federal e da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

“A única motivação que nos leva a pedir que o Ministério da Justiça, através da Polícia Federal, também participe da apuração do ocorrido é a sensibilidade do setor elétrico nacional. Com esse setor, não podemos transigir na segurança. Não há da nossa parte apontamento leviano de responsabilidade”, disse ele. No começo do ano, a PF atuou na apuração de casos de sabotagem a torres de transmissão no Paraná e em Rondônia.

Silveira disse que o apagão não tem relação com suprimento energético ou com a segurança do sistema. Ele também negou problemas de planejamento – “diferentemente do evento de dois anos atrás, no qual, por falta de planejamento, estivemos à beira do colapso do sistema elétrico brasileiro”. O ministro repetiu que eventos como o de ontem são “extremamente raros”, e uma contingência planejada pelo ONS conseguiu “minimizar a carga das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste para que não houvesse a interrupção total”.

ELETROBRAS. Segundo o ministro, relatório mais recente do ONS aponta como único evento que poderia estar relacionado ao apagão o que ocorreu em linha de transmissão da Chesf no Ceará. A empresa é uma subsidiária da Eletrobras. Na entrevista, porém, Silveira não citou o nome da companhia para, segundo ele, não “terceirizar responsabilidades” – embora tenha feito várias referências à Eletrobras em outros momentos, e afirmado que a privatização da empresa fez “muito mal” para a “harmonia” do sistema elétrico brasileiro.

“Não quero terceirizar a responsabilidade às empresas privadas. A responsabilidade é nossa, de dar respostas aos brasileiros e brasileiras. O que devemos fazer é nos robustecer cada vez mais, por isso minha crítica à privatização da Eletrobras.”

Ao longo do dia, especialistas levantaram a possibilidade de o blecaute estar relacionado ao aumento de fontes de geração intermitente – como solar fotovoltaica e eólica – na matriz elétrica do País. “O sistema tem de se aperfeiçoar e se adaptar às energias limpas e renováveis. Fato é que elas são fundamentais e imprescindíveis para a transição energética”, afirmou Silveira.

VEÍCULO: O Estado de São Paulo**Data: 16/08/2023****Seção: Artigos****Autor: Pedro Rodrigues****Título: O gás natural na reindustrialização nacional**

Diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE)

Após a crise hídrica de 2021, a segurança energética ressurgiu com força nos debates do sistema elétrico brasileiro (SEB). Com o risco de racionamento e a intermitência da matriz energética, aumentaram as conversas sobre a vulnerabilidade do SEB. Ao mesmo tempo, ganha atenção a discussão sobre a reindustrialização e a percepção de que as políticas industriais e energéticas do País devem andar lado a lado.

Na última década, o PIB cresceu, em média, apenas 0,4% ao ano. Nesse período, enquanto a agropecuária e o setor de serviços apresentaram expansão anual de 2,5% e 0,7%, respectivamente, a indústria de transformação teve redução média anual de 1,5%. O menor crescimento do setor industrial não só diminui a competitividade do Brasil no cenário internacional, como também pode limitar o avanço tecnológico de outros setores.

Para corrigir essa tendência, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) lançou em fevereiro o Plano de Retomada da Indústria, relatório contendo propostas prioritárias para os cem primeiros dias do novo governo. Dentre as 14 propostas apresentadas, uma se referia diretamente ao setor de energia: a promoção da desconcentração e competição no mercado de gás natural.

Os dados referentes ao período de 2020 a 2021 são um bom exemplo para ilustrar a relação da indústria com o consumo de energia. No recorte, o produto das indústrias de transformação cresceu em 4,5%, acompanhado por um incremento de 3,6% no consumo energético. O uso de gás natural, apesar de o combustível

não ser a principal fonte de energia utilizada no segmento, foi proporcionalmente o que mais cresceu, com ganhos de 20,8%.

Esse crescimento foi impulsionado por medidas como a Nova Lei do Gás e pela lei da privatização da Eletrobras. A lei da privatização prevê a contratação compulsória de 8 gigawatts de capacidade na forma de térmicas inflexíveis a gás a fim de reforçar a confiabilidade do sistema elétrico.

Dando continuidade aos movimentos de 2021, foi publicada em 2022 a Resolução CNPE n.º 3/2022, fornecendo o arcabouço regulatório para o acesso negociado e não discriminatório às infraestruturas essenciais do mercado de gás.

A redução dos obstáculos físicos e regulatórios no mercado de gás são um ponto-chave para que o gás natural se torne um dos alicerces para a reindustrialização do Brasil. Uma indústria saudável e crescente demanda uma fonte de energia segura e acessível. Nesse contexto, o gás natural é um insumo essencial para a transição e segurança energéticas e para a reindustrialização no Brasil.

VEÍCULO: Folha de São Paulo

Data: 16/08/2023

Seção: Mercado

Autor: Alexa Salomão

Título: Apagão atinge 25 estados e DF por até 6 horas; governo apura

Apagão afeta 25 estados e o DF; causas ainda são desconhecidas

Pane no sistema integrado começou às 8h31, e energia foi plenamente restabelecida às 14h49

Brasília Uma falha no sistema nacional de energia afetou o fornecimento de luz em 25 estados e no Distrito Federal, na manhã desta terça-feira (15). Roraima escapou do apagão por estar fora do SIN (Sistema Integrado Nacional).

A pane começou às 8h31, quando houve uma queda abrupta do fornecimento, de acordo com o ONS (Operador do Sistema Nacional). A energia em todo o país foi retomada mais de seis horas depois.

O apagão interrompeu o fornecimento de luz e derrubou ao menos 18.900 MW da rede, segundo o ONS. O volume total equivale a 25% da carga que circulava no momento da falha, que é de 70.000 MW

A volta da luz foi gradativa. Primeiramente, às 9h16, o ONS divulgou que 6.000 MW havia sido recompostos, número que subiu para 13.500 MW às 12h25, até o completo reestabelecimento às 14h49.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, concedeu entrevista à tarde para tentar explicar o problema. Segundo ele, houve sobrecarga da rede no Ceará, e um segundo evento, ainda sob investigação.

Silveira não descartou haver “dolo” na pane, além de criticar a privatização da Eletro-bras. Silveira acionou a Polícia Federal e Abin (Agência Brasileira de Inteligência).

As regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste tiveram a energia reestabelecida por volta das 10h20. Já o retorno integral no Nordeste e Norte ocorreu apenas no período da tarde.

O apagão causou transtornos à população. Aulas foram suspensas, semáforos ficaram sem funcionar e atendimento em hemocentro foi paralisado. Houve queixas de problemas principalmente no transporte.

A Conexis Brasil Digital, associação que representa as principais operadoras de telefonia e internet do país, teve instabilidade nos serviços de telecomunicações.

O ONS afirmou em nota que, tão logo identificou a situação, iniciou ação conjunta com os agentes para restabelecer a energia nas regiões. A interrupção no Sul e no Sudeste, segundo o operador, foi uma ação controlada para evitar propagação da ocorrência.

A queda ocorreu por causa da abertura da interligação Norte-Sudeste. Houve o acionamento do Erac (Esquema Regional de Alívio de Carga) pela manhã. O Erac é acionado automaticamente quando há ocorrência na rede interligada de energia para proteger o sistema de danos.

Esse sistema interligado é o conjunto de linhas de transmissão que conecta as instalações de geração de energia das regiões Norte e Nordeste com as instalações majoritariamente de consumo do Sudeste.

No momento do apagão, Silveira estava no Paraguai, acompanhando a comitiva do presidente Lula (PT), mas decidiu retornar ao Brasil. Ele participaria da posse do presidente Santiago Pena.

Silveira determinou a criação de grupo de trabalho, com MME (Ministério de Minas e Energia), ONS e Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), para averiguar o que ocorreu.

O primeiro problema, apontado pelo ministro, se deu no Nordeste. Silveira não soube dizer onde teria havido o segundo problema nem a causa. Segundo ele, os órgãos reguladores têm até 48 horas para divulgar as primeiras análises.

Segundo a Folha apurou, há várias possibilidades de caráter técnico em análise. Técnicos ouvidos pela reportagem, que preferem não ter o nome identificado, dizem que o mais provável é que uma falha também tenha ocorrido no Norte.

Como os reservatórios das hidrelétricas estão cheios e não era horário de pico quando a energia foi interrompida, é quase certo que ocorreu falha operacional. Pelo volume de energia, essa falha é qualificada como grave.

No Norte, estão duas usinas muito importantes, Tucuruí e Belo Monte.

O vice-presidente, Geraldo Alckmin, afirmou ainda pela manhã que se investigava se teria havido problema em Imperatriz (MA), em uma subestação da Eletronorte, que faz parte do Sistema Eletrobras, hoje privatizado.

Essa subestação recebe energia de Tucuruí e manda para uma interligação com dois linhões, um para o Sudeste e outro para o Nordeste.

Ficaram sob observação a Subestação Xingu, no Pará, e a interligação entre a hidrelétrica de Serra da Mesa, ao Norte de Goiás, e do sistema que passa por Gurupi e Miracema, ao sul do Tocantins.

Presidente em exercício, Alckmin afirmou, no início da tarde, que a resposta ao apagão foi “rápida” e que todo o sistema se recuperaria em poucas horas, senão houvesse “fato superveniente”.

“A ação foi rápida do Ministério de Minas e Energia, dos seus técnicos, das equipes todas, e a recomposição está sendo rápida”, disse Alckmin.

As declarações foram dadas quatro horas após o início do apagão. Ao chegar ao Planalto, duas horas antes, o vice-presidente não havia respondido a perguntas dos jornalistas sobre o tema.

O vice afirmou que foi informado do apagão logo cedo. Não manteve conversas com o presidente Lula, mas entrou em contato com o secretário-executivo das Minas e Energia, Efrain Pereira da Cruz.

Do Paraguai, Lula só retuitou Silveira e Paulo Pimenta, ministro-chefe da Secom (Secretaria de Comunicação Social).

Nesta terça, além de virar alvo de Silveira, a empresa foi tema de publicação em rede sociais da primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja: “A Eletrobras foi privatizada em 2022. Era só esse o tuíte”, escreveu.

Especialistas no setor dizem que é preciso aguardar a conclusão dos técnicos. O ex-diretor-geral da Aneel Jerson Kelman é um deles. “Nessa altura, qualquer hipótese sobre a causa do blackout é mera especulação”, afirmou.

Na avaliação de Kelman, a gestão do sistema vem se tornando mais complexa, o que exige análises mais detalhadas sobre a operação para averiguar uma queda de energia dessa proporção.

“É fato conhecido, por exemplo, que o aumento da participação das fontes eólica e solar, principalmente no Nordeste, pode resultar em abruptas variações de produção local de eletricidade devido à flutuação dos ventos ou passagem de nuvens, causando trancos no fluxo de energia nas linhas de transmissão e na produção das hidrelétricas”, afirmou, a título de exemplificação.

Segundo a Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), a interrupção atingiu entre 27 milhões e 29 milhões de unidades consumidoras. São mais de 87 milhões de clientes no país.

“O setor elétrico é dividido em geração, transmissão e distribuição. E neste caso não houve qualquer falha no sistema de distribuição”, afirmou Marcos Madureira, presidente da Abradee, em nota, destacando que informações preliminares descartam problemas na distribuição.

Colaboraram Catarina scortecci, Caue Fonseca Fernando Narazaki, José Matheus santos, Leonardo Vieceli, Pedro Lovisi e Renayo Machado

VEÍCULO: Folha de São Paulo**Data: 16/08/2023****Seção: Mercado****Autor: Nicola Pamplona****Título: Petrobras eleva preço da gasolina em 16%, e o do diesel, em 26%**

Reajustes são os primeiros desde mudança em política; estatal diz que alta da cotação do petróleo se consolidou

Rio de Janeiro A Petrobras anunciou nesta terça-feira (15) reajuste nos preços da gasolina e do diesel. São os primeiros aumentos desde a implantação da nova política comercial da companhia, que abandonou o conceito de paridade de importação em maio.

O preço da gasolina nas refinarias da estatal vai subir 16,2%, ou R\$ 0,41 por litro, para R\$ 2,93. Já o diesel terá alta de 25,8%, ou R\$ 0,78 por litro, para R\$ 3,80. A estatal destaca que o valor final dos produtos “é afetado também por outros fatores como impostos, mistura de biocombustíveis e margens de lucro”.

A Petrobras justificou os aumentos dizendo que os preços do petróleo se consolidaram em outro patamar e que está “no limite da sua otimização operacional, incluindo a realização de importações complementares”.

A empresa vinha sendo questionada pelo mercado pelo represamento de preços em um cenário de alta das cotações internacionais do petróleo. As elevadas defasagens no mercado interno já vinham levantando também alertas de risco de desabastecimento de diesel.

O cenário reflete a redução de importações privadas e gera preocupação no setor, já que o consumo do combustível cresce no segundo semestre, com a maior demanda pelo transporte da safra agrícola.

Na segunda (14), a Fecombustíveis (Federação com Comércio de Combustíveis e Lubrificantes), confirmou restrições pontuais na oferta do produto, mas disse que ainda não havia falta.

A possibilidade de desorganização do setor após a implementação da nova política de preços foi levantada por especialistas e executivos do setor logo após o anúncio de que a Petrobras abandonaria o conceito de paridade de importação.

Na abertura do mercado de segunda (14), o preço do diesel nas refinarias da Petrobras estava, em média, R\$ 1,18 por litro abaixo da paridade de importação calculada pela Abicom (Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis). Na média nacional, a defasagem era de R\$ 1,01 por litro.

No caso da gasolina, a diferença era de R\$ 0,90 por litro nas refinarias da Petrobras e de R\$ 0,79 por litro na média nacional.

Nesta terça, após os reajustes, a defasagem de preços nas refinarias da Petrobras caiu para R\$ 0,45 na gasolina e R\$ 0,40 no diesel, informou a Abicom. Na média nacional, os valores caíram para R\$ 0,41 e R\$ 0,36, respectivamente.

Analistas do banco Goldman Sachs estimam que a Petrobras segue vendendo gasolina e diesel a preços 8% e 7%, respectivamente, abaixo da paridade de importação. Ainda assim, consideram que as margens de refino se mantêm em níveis saudáveis.

A Petrobras diz que, considerando que a gasolina tem 27% de etanol anidro em sua mistura final, sua parcela no preço de bomba R\$ 0,30 por litro, para R\$ 1,84. No diesel, a alta será de R\$ 0,65 por litro, para R\$ 2,69.

Em nota, a empresa destacou que, mesmos após os reajustes, a variação acumulada do preço da gasolina em suas refinarias no ano é uma queda de R\$ 0,15 por litro. No caso do diesel, a queda acumulada é de R\$ 0,69 por litro.

Campos Neto vê impacto de 0,4 ponto na inflação de agosto e setembro

"O impacto do diesel não é direto na cadeia, mas o impacto da gasolina é direto.

Então, a gente provavelmente vai ter algumas previsões para cima [nas projeções para inflação deste ano] com o reajuste de hoje [terça, 15]", afirmou o presidente do BC, Roberto Campos Neto, em almoço organizado pela FPE (Frente Parlamentar do Empreendedorismo).

VEÍCULO: O Globo**Data: 16/08/2023****Seção: Economia****Autor: Ana Flávia Pilar e Carolina Nalin****Título: Litro pode ficar 6% mais caro na bomba, e IPCA deve fechar 2023 em 5%**

Com o reajuste anunciado pela Petrobras nas refinarias, a gasolina deve ficar cerca de 6% mais cara na bomba, uma alta que vai pressionar a inflação deste ano. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve fechar 2023 em 5% — acima do teto da meta de inflação, que é de 4,75%.

É o que aponta Andréa Angelo, estrategista de inflação da Warren Rena. Segundo a economista, o reajuste de 16,3% da gasolina (ou R\$ 0,41 por litro) deve levar a uma alta de 6,32% para o consumidor.

Já André Braz, coordenador de Índices de Preços do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), estima que o aumento do litro da gasolina será 5,4% nas bombas.

A alta vai pressionar a inflação nos próximos meses e no acumulado do ano. Braz diz que a gasolina deve contribuir para um aumento de 0,13 ponto percentual em agosto e de mais 0,13 ponto percentual em setembro, já que o reajuste aconteceu na metade do mês.

O diesel, como tem um impacto indireto no IPCA, deve levar a um aumento de apenas 0,01 ponto percentual em cada um dos dois meses. Para agosto, Braz mudou a previsão de deflação de 0,15% para inflação de 0,10%:

— Para 2023, prevíamos inflação de 4,7% e, agora, a taxa deve se aproximar de 5%. Aumentou a chance de termos uma inflação fora da meta, que é de 3,25%, com intervalo de 1,5 ponto para mais ou menos.

Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados, afirma que a defasagem com os preços internacionais deixava o mercado “desconfortável” com a política da Petrobras. E que a recomposição ameniza parte das dúvidas:

— O governo percebeu que não ajustar causaria desabastecimento. Há risco de o petróleo subir nos próximos meses por conta de eventual corte na produção.

Alexandre Espírito Santo, economista-chefe da Órama, não acha que a decisão da Petrobras vai mudar a tendência do Banco Central em reduzir a Selic em 0,5 ponto percentual na próxima reunião.

— Não creio que essa decisão da Petrobras irá mexer nessa tendência, mesmo porque o BC está mirando muito mais a inflação de 2024 e 2025 do que a de 2023.

Luan Alves, da VG Research, concorda que o evento “não deve alterar a trajetória do afrouxamento monetário”.

VEÍCULO: O Globo

Data: 16/08/2023

Seção: Economia

Autor: Bruno Rosa, Renan Monteiro e Letycia Cardoso

Título: Petrobras sobe gasolina em 16,3% e diesel em 25,8%

Aumento é o primeiro desde que Jean Paul Prates assumiu a presidência da estatal. Reajuste entra em vigor hoje, pressionando a inflação. Preço dos combustíveis, no entanto, ainda está defasado em relação ao mercado internacional

Após dias de especulações, a Petrobras anunciou ontem o primeiro reajuste da gasolina e do diesel desde a criação de nova política de preços, anunciada em maio, quando acabou com a paridade de importação. É ainda o primeiro aumento desde que Jean Paul Prates assumiu o comando da estatal, no fim de janeiro.

De acordo com a companhia, a gasolina vendida às refinarias terá alta de 16,3%. O valor médio do litro passou de R\$ 2,52 para R\$ 2,93. No caso do diesel, subiu 25,8%, de R\$ 3,02 para R\$ 3,80. A nova tabela começa a valer a partir de hoje.

Os meses sem aumento acabaram resultando em um reajuste mais pesado agora, o que deve pressionar a inflação deste ano. Analistas já preveem que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechará 2023 em 5% — acima do teto da meta, que é de 4,75% (leia mais abaixo). O movimento da Petrobras ocorre num momento de desaceleração da inflação e que o país dava início a um ciclo de cortes da taxa básica de juros, a Selic.

DIFERENÇA DE ATÉ 21%

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, estima um impacto de 0,40 ponto percentual na inflação:

— Hoje teve um aumento grande, que tem um impacto na inflação. Tem um impacto, imagino, de 0,40 (ponto percentual) entre os meses de agosto e setembro. O impacto do diesel não é direto, é indireto na cadeia. Mas o impacto

na gasolina é direto no IPCA. Vamos ter algumas revisões (nas projeções de inflação), um pouquinho para cima, com o reajuste de hoje.

Apesar do reajuste, os preços da Petrobras continuam defasados em relação ao mercado internacional. Segundo o Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), a gasolina vendida pela Petrobras ainda está 21,6% mais barata (ou R\$ 0,81 por litro) que no exterior. Antes do reajuste, o valor era 32,5% menor. No caso do diesel, o litro do combustível comercializado pela estatal está 9,23% menor (ou R\$ 0,39 por litro) frente ao vendido no exterior. Antes da alta, era 27,67% menor.

Já dados da Abicom, que reúne os importadores, mostram que o diesel vendido nos polos da Petrobras está

10% menor (ou R\$ 0,40 por litro) em relação ao exterior. No caso da gasolina, o preço ainda está defasado em 14% (ou R\$ 0,45 por litro).

O Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (Inep) vê uma defasagem menor, ainda assim de 2,3% para a gasolina e de 3,1% para o diesel. Os números variam, já que cada empresa utiliza uma metodologia para calcular a diferença nos preços.

Uma fonte do setor lembrou que pesou na decisão de anunciar o reajuste ontem o risco político de faltar combustível em algumas partes do país, já que os relatos vinham aumentando desde o fim de semana. Na segunda-feira, a Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis) confirmou que o Brasil enfrenta restrição nas entregas de combustíveis em algumas bases de distribuição para os postos.

O aumento nos preços por parte da Petrobras vinha sendo conversado com o governo há pelo menos dez dias, segundo fontes. Na semana passada, durante reunião do Conselho de Administração da companhia, já estava decidido que a estatal iria reajustar os valores nesta semana se o preço do barril do petróleo não caísse no mercado internacional, conforme antecipou O GLOBO.

Ontem, o barril de petróleo tipo Brent, apesar da queda de 1,53%, fechou cotado a US\$ 84,98, maior patamar desde meados de abril.

Em nota, a Petrobras disse que o aumento foi motivado pela “consolidação dos preços de petróleo em outro patamar” e que os reajustes visam ao reequilíbrio com o mercado. A estatal disse ainda que estava “no limite da sua otimização operacional, incluindo a realização de importações complementares”.

Como os preços dos combustíveis cobrados pela Petrobras estavam descolados dos praticados no mercado internacional, os concorrentes deixaram de importar, e a estatal teve de aumentar as compras externas de combustíveis para atender a demanda.

Para um representante do setor de distribuição, como o aumento nos preços ainda não foi suficiente para zerar a defasagem, a situação segue delicada em termos de abastecimento. A preocupação é com os postos de bandeira branca, que, por não terem contratos com distribuidoras, acabam ficando mais dependentes das importações.

Segundo a Federação Única dos Petroleiros (FUP), a situação evidencia a necessidade de acelerar o processo de autossuficiência no refino de derivados de petróleo para reduzir as importações. Dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP) apontam que as importações responderam em junho por 11% do total consumido. No caso do diesel, a fatia ficou em 20%.

Por outro lado, fontes na Petrobras afirmam que o reajuste seguiu apenas a estratégia comercial da companhia e que o risco de desabastecimento não foi um fator para o aumento de preços.

AÇÕES SUBIRAM

O mercado financeiro viu como positiva a alta dos combustíveis, porque afasta o receio de a Petrobras segurar os preços baixos artificialmente. Os papéis da estatal chegaram a subir 5%, mas reduziram ganhos ao fim da sessão após rumores sobre a negociação de um acordo com a União no contexto das regras do Carf, o tribunal da Receita. Fontes disseram que a Petrobras teria concordado em pagar R\$ 30 bilhões ainda neste ano, o que foi negado pela empresa. As ações ordinárias (ON) fecharam com baixa de 0,21%, a R\$ 33,56, e as preferenciais (PN) reduziram os ganhos a 0,72%, terminando em R\$ 30,86.

Na esteira da notícia da gasolina e do diesel mais caros, Vibra (ex-BR) ganhou 7,77%, indo a R\$ 17,62, e Raízen subiu 0,27%, a R\$ 3,78.

VEÍCULO: O Globo**Data: 16/08/2023****Seção: Economia****Autor: Manoel Ventura, Alice Cravo, Jeniffer Gularte e Karolini Bandeira****Título: Governo usa apagão para criticar a privatização da Eletrobras**

Primeira-dama cita desestatização, e ministro diz que operação fez mal ao país. Oposição reage e critica falta de luz e alta da gasolina

Integrantes do governo e petistas usaram o apagão que atingiu 25 estados do país e o Distrito Federal para criticar o processo de privatização da Eletrobras, que foi concluído no ano passado. A polêmica começou quando a primeira-dama Janja fez um post em uma rede social enquanto voava do Paraguai para o Brasil: “A Eletrobras foi privatizada em 2022. Era só esse o tuíte”. Entre junho de 2012 e fevereiro de 2017, Janja, então funcionária de Itaipu Binacional, esteve cedida à Eletrobras.

Não há relação entre a privatização da companhia e o apagão registrado ontem. Ainda assim, o comentário de Janja suscitou respostas de apoiadores e oposição ao governo nas redes. O deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) afirmou que “sempre denunciou” que a privatização seria um crime.

“Os principais efeitos seriam aumento da tarifa e apagões. Aí está o resultado. Nós avisamos!”, disse.

Guilherme Boulos, do PSOL, seguiu a mesma linha:

“Passando para lembrar que, em 2022, Bolsonaro privatizou a Eletrobras, da pior forma possível. Menos de um ano depois: apagão em 25 estados”, postou.

‘GOVERNO DO APAGÃO’

Na sequência, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, criticou a privatização da companhia na entrevista para prestar esclarecimentos sobre o apagão. Mas evitou fazer uma ligação direta entre o apagão de ontem e a desestatização.

— A minha posição é de que a privatização da Eletrobras fez mal ao sistema. O braço operacional do setor elétrico, que era o Sistema Eletrobras, realmente os brasileiros perderam muito com a privatização — afirmou. — Seria leviano apontar que há uma causa direta (do apagão) com a privatização da Eletrobras.

Silveira foi indagado a respeito do post de Janja nas redes e disse considerar o comentário “natural”:

— Manifestação natural e real de um fato que aconteceu e que gera instabilidade para o setor elétrico nacional.

Apesar dos comentários, o presidente Lula seguiu sem fazer declarações diretas sobre o apagão. Pelas redes sociais, ele se limitou a repostar informações dadas pelos ministros Paulo Pimenta (Secom) e Silveira. Lula estava no Paraguai no momento que o apagão teve início, às 8h31. Ele participava da posse do presidente eleito, Santiago Pena, acompanhado de Silveira, que o informou do ocorrido. Logo depois, o ministro de Minas e Energia retornou ao Brasil.

Geraldo Alckmin, que estava à frente da Presidência no momento do apagão, seguiu com os compromissos já previstos e disse que não conversou com Lula sobre o assunto.

— Não (fiz determinações nem falei com Lula), o Ministério de Minas e Energia já estava atuando, só nos colocou aqui a par, mas já está praticamente superado.

Na contramão da primeira-dama, políticos de oposição e apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro usaram o episódio para criticar o atual governo. Nas redes, o senador Ciro Nogueira (PP-PI) chamou a gestão de “governo do apagão” e disse que a queda de energia no país “começou em 1º de janeiro”. Nogueira criticou o aumento de R\$ 0,41 no preço da gasolina, que vale a partir de hoje.

Senador por Santa Catarina, Jorge Seif, do Partido Liberal, afirmou que é “mais um apagão para a conta do PT”. “Só não esquecem de atingir o bolso dos brasileiros: enquanto apagam a luz, aumentam o preço dos combustíveis”, publicou o parlamentar nas redes, e questionou: “Esse é o amor vencendo?”.

TROCA NO COMANDO

O senador Sergio Moro (União-PR) disse ser um “apagão inexplicado de energia”: “Hat trick (fazer três gols) do governo Lula contra a população brasileira: aumento abrupto da gasolina e do diesel; apagão inexplicado de energia em 25 Estados e no DF; e décima queda consecutiva no Ibovespa, o que não acontecia desde 1984. Notícia boa só na Argentina com o prenúncio da derrota do populismo de esquerda em outubro”.

Já o deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) ironizou o apagão em postagem: “Apagão, mas com amor”.

Além das críticas à privatização da Eletrobras, Silveira reclamou de ter sido informado sobre a troca no comando da Eletrobras, anunciada na segunda-feira, pela imprensa:

— Essa mudança abrupta, sem sinergia com uma política pública, reafirma o que tenho dito. A privatização tirou a possibilidade de nós termos um sistema mais harmônico.

A troca no comando da Eletrobras foi motivada, segundo fontes, pelas divergências de Wilson Ferreira Junior com o Conselho de Administração e pela necessidade de ter um executivo no comando com mais trânsito com o atual governo. Na Bolsa, as ações da empresa recuaram 3,43 % com a troca no comando da companhia. (Colaborou Letycia Cardoso)

VEÍCULO: O Globo

Data: 16/08/2023

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: Maior apagão em 14 anos dura até seis horas e atinge 25 estados e o DF

Maior apagão desde 2009: Ministro de Minas e Energia não descarta ‘dolo’ e aciona Abin e PF para investigar causas

Problemas iniciados em linhas de transmissão no Nordeste e no Norte interromperam ontem o fornecimento de energia em 25 estados do país e no Distrito Federal, parcial ou totalmente, no maior apagão no fornecimento de eletricidade no Brasil desde 2009 — quando se considera abrangência territorial e corte de carga. O único estado não afetado foi Roraima.

Ao todo, as regiões afetadas correspondiam acerca de 25% da carga total do Sistema Interligado Nacional (SIN) no momento da falha, que teve início às 8h31. Um terço dos consumidores foi atingido, disse o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira. Nos cálculos dele, isso seria equivalente a 27 milhões a 29 milhões de unidades consumidoras. Ele pediu para a Polícia Federal (PF) e a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) que investiguem se houve sabotagem.

Silveira afirmou que um apagão como o de ontem é fenômeno extremamente raro e que só seria observado com a ocorrência de dois eventos concomitantes. Ele comparou o modelo de funcionamento do setor elétrico a uma estrada com duas pistas, na qual o consumidor só percebe falhas quando ocorrem problemas nas duas ao mesmo tempo.

— O que aconteceu hoje, é importante dizer, é extremamente raro, e absolutamente nada tem a ver com o planejamento do sistema e a geração de energia — disse.

O fornecimento de energia foi normalizado às 14h49, de acordo com o governo. Mais de doze horas depois do início do apagão, o Executivo ainda não tinha uma explicação clara sobre o que causou a falha.

— Não poderia deixar de destacar que o ocorrido de hoje não tem nada a ver com o suprimento energético e a segurança energética do Brasil — disse Silveira.

SOBRECARGA NO CEARÁ

O ministro afirma que um dos incidentes que levou ao apagão ocorreu no Ceará por causa de uma sobrecarga na transmissão, o que fez o sistema entrar em colapso na região. O que exatamente ocorreu no Ceará, em qual localização e quais empresas envolvidas não foi esclarecido.

A linha é privada, e Silveira disse que é cedo para divulgar o nome do proprietário. O secretário de Energia Elétrica, Gentil Nogueira, disse que diversas empresas operam na região, citando especificamente a Chesf —subsidiária da Eletrobras, cuja privatização foi duramente criticada na entrevista de Silveira. Segundo ele, os órgãos reguladores têm até 48 horas para divulgar as primeiras análises.

O diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico, Luiz Carlos Ciochi, disse ao Valor que é difícil saber exatamente o que aconteceu. Segundo ele, não é uma única linha, não é uma única subestação, mas um conjunto de linhas e geradores.

O governo não informou onde teria havido o segundo problema, mas o ministro mencionou que um dos locais sob investigação é uma subestação de energia em Anapu (PA), próxima a usina de Belo Monte. Uma hipótese é que a falha nessa linha tenha desencadeado um efeito em cascata, afetando uma subestação em Imperatriz, no Maranhão, próximo à divisa com o Pará.

Isso explicaria porque a usina de Tucuruí foi atingida pela falha. Com exceção de Roraima, que não faz parte do sistema nacional de energia, os estados do Norte ficaram completamente sem luz.

SOFTWARE DE PROTEÇÃO

Com as falhas, um sistema chamado de Erac (esquema regional de alívio de carga), uma espécie de software de proteção, atuou e cortou o fornecimento de forma escalonada. O Erac é um sistema que desliga o fornecimento de energia para evitar sobrecargas e danos maiores. Porque a geração de energia precisa ser bastante similar à demanda, não pode haver nem excesso e nem falta, sob o risco de colapso e perda de equipamentos.

No momento do apagão, as regiões Norte e Nordeste estavam exportando energia para o Centro-Sul. Isso porque há uma abundância de fontes renováveis naquelas regiões, especialmente usinas eólicas. Dessa forma, foi preciso cortar a energia que faltava no Centro-Sul e a que sobrava no Nordeste. Por isso, a geração de eólicas despencou 80%. O Erac, então, cortou a energia para as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul. O sistema, então, dividiu o país em dois, separando Nordeste/Norte de Sudeste/ Centro-Oeste/Sul.

Apesar da explicação técnica, o ministro de Minas e Energia pediu investigação criminal. Ele disse que essa decisão foi tomada pela sensibilidade do sistema e por conta dos atentados a torres de transmissão em janeiro após atos golpistas em Brasília.

— Vamos encaminhar tanto à PF quanto para a Abin a instauração de procedimentos para apurar eventuais dolos nesse ocorrido de hoje (ontem) — afirmou.

Para Joisa Dutra, pesquisadora da FGV e ex-diretora da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), não é a melhor alternativa:

— Não faz sentido colocar PF e Abin no caso, porque os órgãos do setor elétrico já são preparados para identificar qualquer suspeita de crime ou sabotagem.

O ex-diretor da Aneel Edvaldo Santana disse que o apagão não foi motivado por gargalos:

— Se é falha de equipamento ou humana, a folga de capacidade deveria evitar a propagação da falha para todo Brasil. (Colaborou Vinicius Neder)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 16/08/2023

Seção: Economia

Autor: Rafaela Gonçalves

Título: Apagão vira munição política para opositores e governistas

O apagão que atingiu a maior parte do país nesta terça-feira (15/8) virou munição política contra o governo Lula e também contra a privatização da Eletrobras, feita na gestão do ex-presidente da República Jair Bolsonaro. Parlamentares de oposição criticaram as falhas de energia e culparam a atual administração, enquanto aliados do governo atribuíram o evento à venda do controle da empresa — embora não tenha ficado claro se a companhia teve alguma responsabilidade no caso.

A deputada federal Júlia Zanatta (PL-SC) lembrou que o incidente ocorreu um dia após a renúncia inesperada do CEO da Eletrobrás, Wilson Ferreira Júnior, e destacou que os apagões são marca da gestão do Partido dos Trabalhadores (PT). "Um dia após a renúncia inesperada do CEO da Eletrobras, um apagão atinge todas as regiões do Brasil e começam a pipocar críticas ao processo de privatização iniciado no governo Bolsonaro. Mas, na verdade, os apagões são marca da gestão PT. Será que estão voltando?", questionou.

Privatização da Eletrobras na berlinda

O presidente do PP, Ciro Nogueira (PP-PI), que foi ministro de Bolsonaro, usou a falta de energia para criticar o governo do PT, ainda que seu partido esteja negociando a adesão à base governista na Câmara. "Apagão no Brasil! Aconteceu hoje, mas começou em 01 de janeiro. O Brasil voltou! Voltou ao Apagão! A gasolina, lembra? Subiu hoje R\$ 0,41 para as distribuidoras. O apagão da BR! Governo do Apagão!", escreveu em sua conta no Twitter.

A primeira-dama, Rosângela da Silva, Janja, relacionou indiretamente a privatização da Eletrobras ao apagão. "A Eletrobras foi privatizada em 2022", escreveu em caixa alta, completando que "era só esse o tuíte", sem detalhar o assunto.

A empresa foi privatizada em 2022. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vem criticando a transação, afirmando em várias ocasiões que a venda foi "quase que uma bandidagem", e que defende a revisão do contrato pela Justiça. O petista já reclamou também do fato de o governo possuir 43% das ações da empresa, mas não ter poder decisório correspondente aos votos.

Comparação "leviana"

Em entrevista coletiva, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirmou ser leviano dizer que a privatização da Eletrobras tenha provocado o apagão. Segundo ele, a venda do controle da empresa "fez mal" ao Brasil, mas, até o momento, não há nenhum indício de que isso tenha relação com a queda de energia.

"A minha posição é de que a privatização da Eletrobras fez muito mal, em especial no modelo que ela ocorreu, ela fez, sim, mal ao sistema", declarou.

Na véspera, o então presidente da companhia renunciou ao cargo e a empresa elegeu como substituto Ivan de Souza Monteiro, que era presidente do conselho de administração. "A renúncia do presidente Wilson ontem vem reafirmar as nossas críticas à condução do conselho da Eletrobras depois de ela ser privatizada e vem reafirmar mais uma vez que foi realmente uma perda para o Brasil", disse Silveira.

"Essa mudança abrupta sem uma sinergia com a política pública e com as nossas vinculadas, reafirma o que eu tenho dito, a privatização tirou a possibilidade de nós termos um sistema elétrico nacional mais harmônico. É uma posição que já externei", acrescentou.

CAPAS DE JORNAIS

Americanas
Panoeiro (foto), do MPF, diz à CPI que apura associação criminosa e insider na companhia, e negocia delações B5



Tributação
STF confirma extinção de pena por crime tributário com o pagamento da dívida ou parcelamento E1



Eleições
Enquanto a PEC da Anistia avança, TSE aperta o cerco a fraudes em cotas para mulheres, diz Floriano Marques A9

Quarta-feira, 16 de agosto de 2023
Ave 24 Número 5656 R\$ 6,00
www.valor.com.br

ECONÔMICO

Valor

Mundo novo



Primeiro negro a liderar a B3 Asset, Danilo Ulieto estabeleceu como prioridades as Investimentos ESG e a sustentabilidade. "O mundo tem que ser verde, mas também tem que ser inclusivo." Página 28

Apagão afeta 25 Estados e o DF; governo vê duas falhas no sistema elétrico

Energia Um dos problemas foi uma sobrecarga em linha de transmissão no Ceará; ONS promete explicação em 48h

Rafael Silveira e Rafael Rosas, Fábio Couto e Rafael Rosas
De Brasília e de São Paulo

O apagão que atingiu ontem 25 Estados e o Distrito Federal, afetando cerca de 30 milhões de pessoas, foi causado por duas falhas simultâneas no sistema elétrico do país. Uma delas foi a sobrecarga em uma linha de transmissão no Ceará e outra ainda estava em investigação na noite da terça-feira (15). O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, informou que as autoridades do setor ainda apuram os detalhes sobre o que causou o incidente e promete divulgar um relatório técnico em 48 horas. O blecaute ocorreu por volta das 18h30 e só não atingiu Roraima, que não faz parte

do Sistema Interligado Nacional (SIN). O diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Luiz Carlos Góes, afirmou que em 48 horas terá condições de dizer qual foi a origem exata da "perturbação no sistema". Segundo ele, o que se sabe até o momento é que houve uma "variação profunda e não programada de frequência" em uma região elétrica no Ceará. Góes destacou ainda que na área operam diversas empresas, duas de substâncias, linhas de transmissão e instalações de geração. Ou seja, ainda não é possível identificar se o problema teve origem nos equipamentos de alguma empresa específica. "Não é uma única linha, não é uma única substância. É um conjunto de linhas e geradores", acrescenta.

O ministro também não descartou a possibilidade de que a interrupção tenha sido intencional e disse que acionaria a Polícia Federal e a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para que investiguem o caso. Sua parte da entrevista de Silveira foi marcada por críticas ao processo de privatização da Eletrobras, concluído no ano passado, no governo Bolsonaro. O ministro não soube responder, porém, se a falha que iniciou o apagão foi causada por falha de governança e liderança no setor elétrico, segundo fontes ouvidas pelo Valor. Página 44

A queda de braço que levou à renúncia do CEO da Eletrobras

Maria Luiza Filgueiras
De São Paulo

Na segunda-feira, o chairman da Eletrobras, Ivan Monteiro, chamou o então presidente, Wilson Ferreira Jr., para uma reunião. Os conselheiros não queriam mais ter suas definições ignoradas e o executivo não demonstrava interesse em escutar. Nauma reunião reservada por duas horas no estilo "não é você, sou eu", Ferreira, pragmático, pediu demissão. "Então vamos acabar com isso, eu saio". Não houve um acontecimento específico que levou à sua decisão, mas uma sequência de pequenos desgastes ao longo do ano entre o conselho e a diretoria. O Pipeline, site de negócios do Valor, ouviu três pessoas do alto escalão da Eletrobras durante entrevistas no processo de sua

determinados episódios. "O Wilson ignorava que o conselho devia ser comunicado em tempo real", disse um executivo. Uma dessas situações ocorreu em junho, quando o conselho decidiu demitir o então vice-presidente de comercialização da empresa, João Carlos Guimarães. Uma semana após a demissão, Ferreira não havia dispensado o executivo, quando foi novamente abordado pelos conselheiros. "A decisão é para comunicação imediata". Segundo fontes, a competência do presidente nunca esteve em jogo para os conselheiros. Ferreira cortou custos e tomou medidas para aumentar a eficiência. O colegiado, porém, buscava outro ritmo para a companhia. O Pipeline tentou falar com Ferreira, mas não conseguiu até o fechamento desta edição. Página 81

Combustíveis sobem, e IPCA pode ficar acima de 5%

De Rio de Janeiro e Brasília

Os aumentos de 16,27% e de 25,82% nos preços de gasolina e de diesel nas refinarias, anunciados ontem pela Petrobras, fizeram analistas elevarem projeções para a inflação no ano. Na prática, a medida representa alta de R\$ 0,41 no litro da gasolina e de R\$ 0,78 no diesel vendidos às distribuidoras. Foi o primeiro aumento sob a nova gestão da estatal, valendo a partir desta quarta-feira. Segundo analistas, a alta sobem, mas não eliminam

os deslizes em relação às cotações internacionais dos produtos. Com isso, diminui a chance de o IPCA encerrar 2023 abaixo do teto de 4,25% da banda de tolerância da meta da inflação — o alvo são 3,25%. Antes do trajeto, o consenso de mercado era de uma alta de 4,84% do indicador neste ano. Nesse cenário, o Ibov fechou em 12.500 pontos, o Ibovespa caiu 0,35%, o dólar fechou em R\$ 5,10 e o dólar futuro em R\$ 5,10. As ações da Petrobras caíram 0,21%, e o Ibov sobrou 0,72%. Página 82 e C2

chances de um novo aumento até o fim do ano. O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse que o reajuste terá impacto de 0,4 ponto percentual na inflação cheia entre agosto e setembro. Na B3, nem dia em que o Ibovespa caiu 0,35%, afetado pelo noticiário externo e, no campo doméstico, por quedas de Eletrobras e Vale. As ações da Petrobras caíram 0,21%, e o Ibov sobrou 0,72%. Página 82 e C2

'Transformação Ecológica vai além de descarbonizar'

Daniela Chiarotti
De São Paulo

O Plano de Transformação Ecológica Brasileira, apresentado em linhas gerais pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na sexta-feira, durante o lançamento do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), tem três grandes objetivos: aumentar a produtividade com a incorporação de inovação e tecnologias verdes, promover um crescimento econômico ambientalmente sustentável e desconcentrar a renda, reflexos do Valor e secretário especial da Fazenda, Rafael Duarte, um dos arquitetos do plano. "Não é apenas descarbonização da economia. A ideia é que a descarbonização seja uma oportunidade para promover o avanço tecnológico do setor produtivo. Trata-se, fundamentalmente, de um plano de desenvolvimento econômico. O meio ambiente é elemento central, mas não é só um plano ambiental." Página 86

No Private do Bradesco, o time que cuida de tudo lá fora tem a mesma visão global e unificada do time que cuida de tudo aqui.

- Wealth Planning
- Advisory & Investment
- Portfólios com visão global e soluções personalizadas

bradesco
global private bank

Ataques cibernéticos podem paralisar empresas e até países

Rony Valzof A13

A busca pela inovação requer a reinvenção do que antes era verdade

Wellington Vitorino B2

Com avanço de Milei, inflação deve acelerar

Fernando Simas
De São Paulo

A inflação na Argentina avançou 6,3% em julho, mais que os 6% do mês anterior. Em meio às incertezas que cercam após a vitória do ultradiretista Javier Milei nas primárias presidenciais de domingo, a grande preocupação agora é com a inflação de agosto e setembro — que, segundo analistas, pode chegar a dois dígitos. Em 11 meses, o indicador ficou em 113,4%, pouco abaixo dos 115,6% acumulados até junho. No cenário econômico alimentado pela renovação eleitoral, o dólar paralelo ("blue") fechou ontem cotado a 730 pesos, um dia depois de o banco central ter elevado a taxa oficial em 22% para 350 pesos. Página 111

Indicadores

| Indicador | Atual | Anterior | Meta |
|---|--------|----------|-------|
| Índice de Preços ao Consumidor (IPC) | 113,4% | 112,7% | 4,25% |
| Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) | 113,4% | 112,7% | 4,25% |
| Índice de Preços de Consumo (IPC) | 113,4% | 112,7% | 4,25% |
| Índice de Preços de Consumo (IPC) | 113,4% | 112,7% | 4,25% |
| Índice de Preços de Consumo (IPC) | 113,4% | 112,7% | 4,25% |
| Índice de Preços de Consumo (IPC) | 113,4% | 112,7% | 4,25% |
| Índice de Preços de Consumo (IPC) | 113,4% | 112,7% | 4,25% |
| Índice de Preços de Consumo (IPC) | 113,4% | 112,7% | 4,25% |

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862-1927)



Quarta-feira 16 de AGOSTO de 2023 • R\$ 6,00 • Ano 144 • Nº 47419
estadão.com.br



RAFAEL MENDES / PREFEITURA BALNEÁRIO CAMBORIÚ

Balneário Camboriú, o metro quadrado mais valorizado do Brasil

Preço médio do metro quadrado na cidade catarinense é de R\$ 12.335, segundo a Fipe. Procura por apartamentos e desenvolvimento da região estão entre os motivos. ...B13

E&N Gasolina e diesel ...B1

Petrobras reajusta preços; BC prevê impacto na inflação

Alta na refinaria pode elevar IPCA em 0,40 ponto, disse Campos Neto

A Petrobras reajustou o preço da gasolina nas refinarias em 16,2% e do diesel em 25,8%. O aumento dos combustíveis foi o primeiro na atual gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse que a inflação sofrerá impacto com o "grande aumento". "O impacto da gasolina é di-

RS0,41
É o reajuste do preço do litro da gasolina nas refinarias da Petrobras. O litro do diesel subiu R\$ 0,78

reto na cadeia", afirmou. Pelas suas contas, a alta deve elevar o IPCA em "mais ou menos 0,40 ponto porcentual entre agosto

e setembro". O Itaú Unibanco elevou sua estimativa para o ano de 4,9% para 5,1%. A direção da Petrobras vinha sendo criticada por retardar o repasse no mercado interno do aumento de custos com a compra do petróleo. Para a Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), os preços continuam defasados em relação aos valores no exterior.

Haddad quer R\$ 30 bi da estatal por ajuste fiscal

Ministério da Fazenda negocia acordo para que a Petrobras encerre disputas tributárias com a Receita no âmbito do Carf. Dinheiro reforçaria caixa do governo. ...B2

E&N Apagão ...B11

Falta de energia atinge 25 Estados e o DF e governo diz desconhecer causa

Blecaute durou cerca de 6 horas e foi mais intenso no Norte e no Nordeste. Um terço dos consumidores foi afetado.

Efeito Javier Milei ...A14

Lojas suspendem vendas em meio a descontrole de preços na Argentina

Sem conseguir definir preços por causa da turbulência política, produtores e lojistas tiraram produtos de circulação.

Polarização ...C6 e C7

Lula agora se arrisca a falar de segurança pública, tema antes evitado

Presidente tira proveito da polarização e de problemas dos governadores de SP e do Rio, seus adversários políticos.

Medicina privada ...A21

Troca na rede hospitalar permite ao consumidor sair de plano de saúde

Carência anterior era de até 3 anos. Operadoras deverão avisar sobre mudanças com 30 dias de antecedência.

C2 Personalidade ...C1



MILLOR FERNANDES / REPRODUÇÃO

Millôr, centenário e muito atual

Poucas obras do escritor e chargista morto em 2012, porém, ainda estão em catálogo.

Léa Garcia (1933-2023) ...C8

Atriz de trabalhos marcantes e de luta contra o racismo

E&N Segurança em IA ...B16

Vice-presidente do Google vê Brasil como celeiro de talentos

Notas e Informações ...A3

Como agem os cupins da República

Marcelo Godoy ...A12

Quer dizer que não era ideologia?

Roberto DaMatta ...C5

Fim do mundo, questão que volta a angustiar

VerCapas.com.br

Edição de hoje

4 CADERNOS - 60 páginas



Caderno A. Opinião, Política, Internacional, Metrópole, Saúde, Esportes. Para fechar...
E&N. Destacar Economia & Negócios



C2. Cultura & Comportamentos,
A fundo



JC. Jornal do Carro

Tempo em SP

15' Min. 26' Max.

ISSN - 1516-293-1

011111111111

FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

ANO 103 * Nº 34.468

QUARTA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2023

R\$ 6,00

Petrobras sobe preço da gasolina e do diesel

A Petrobras anunciou ontem que o preço da gasolina em suas refinarias vai subir 16,2%, ou R\$ 0,41 por litro, para R\$ 2,93. O diesel terá alta de 25,8%, ou R\$ 0,78 por litro, para R\$ 3,80. É o primeiro reajuste desde a implementação da nova política comercial, que abandonou a paridade de importação em maio. Mercado A21

Foi erro invadir Embraer, afirma Stedile em CPI

Política A12

PF tem 13 militares da ativa na mira por ataques do 8/1

Além do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro (PL), são alvo de apurações da Polícia Federal pelo menos dois generais, oito coronéis, um major e um sargento. Exército afirma que não compactua "com eventuais desvios de conduta". Política A4

Wilson Gomes Fake news e jornalismo

Pesquisas empíricas registraram como ondas de boatos foram, em várias ocasiões, congruentes com atitudes enraizadas no ambiente social. Isso leva também ao comportamento contrário, de recusar informação que enfrente as atitudes do grupo de identificação. Ilustrada C8

Wasséf agora diz que comprou Rolex sozinho

Advogado de Jair Bolsonaro (PL) muda versão e afirma que comprou nos EUA relógio apresentado por sauditas com dinheiro próprio e sem pedido do ex-presidente. Política A7

Guarujá tem mais 2 mortes em ação da PM; delegado da PF é baleado

Cotidiano B4

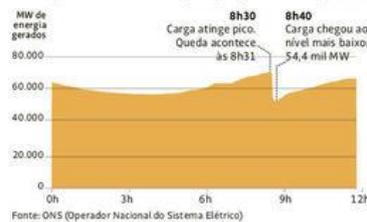
Tentativa de mudar eleição faz Trump virar réu pela 4ª vez

O ex-presidente dos EUA Donald Trump tornou-se réu pela 4ª vez, ao lado de 18 aliados, no processo sobre a tentativa de interferir no resultado eleitoral do estado da Geórgia, onde perdeu por 0,2 ponto percentual em 2020. Trump voltou a falar em perseguição política. Mundo A14

Apagão atinge 25 estados e DF por até 6 horas; governo apura

Sobrecarga em linha no Ceará levou a colapso, diz ministro; PF e agências investigam mais incidentes

Dados do ONS em tempo real mostram queda abrupta da carga elétrica causada pelo apagão desta terça (15)



Uma pane derrubou a transmissão de eletricidade ontem em todo o Sistema Integrado Nacional, que abrange 25 estados e o Distrito Federal. A única unidade federativa que escapou foi Roraima. O apagão, que ocorreu às 8h30, durou até seis horas em partes do Norte e do Nordeste. As regiões Sudeste e Sul, onde o desligamento ocorreu para frear o problema, e Centro-Oeste tiveram a energia reestabelecida por volta das 10h.

O ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) informou que o volume de energia que circulava no momento da falha foi reduzido em 18,9 mil MW, ou 25% da carga da rede no horário. Houve transtornos no transporte público, em hospitais e nos serviços das principais cidades do país. Consumidores e empreendedores que tiveram prejuízo poderão receber indenização caso provem a relação com o apagão.

O ministro Alexandre Silveira (Minas e Energia) disse que o único evento notificado foi uma sobrecarga em linha privada no Ceará que forçou um colapso regional, mas não descartou outros. Reguladoras têm 48 horas para divulgar a análise, e a Polícia Federal investiga se houve sabotagem. Mercado A17 e A20

Análise N. Pamplona
Gestão Lula 3 politiza primeira grande crise no setor elétrico A18



O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, chega à sala onde concedeu entrevista coletiva sobre os apagões no sistema elétrico. Pedro Ladeira/Folhapress

Quase 1.800 cidades têm menos de 1 médico por mil habitantes

Quase um terço dos municípios brasileiros tem menos de um médico no serviço público por mil habitantes, aponta levantamento. Algumas cidades convivem com uma taxa de 0,2 médico por mil habitantes, muito abaixo da média nacional, de 2,6. Cotidiano B1

Projeto leva cuidados paliativos a favelas

Uma rede de voluntários formada por profissionais da saúde e moradores, com ajuda de doações, tem levado assistência a doentes no fim da vida em favelas de SP, RJ, MG e GO. B2

Ilustrada C8

Léa Garcia morre aos 90 anos

Indicada em 1959 a melhor atriz em Cannes, ela estava em Gramado (RS) para homenagem

Ilustrada C1

Por que a IA é um dos principais inimigos dos atores de Hollywood

Equilíbrio B6

OMS recomenda incluir carboidratos de boa qualidade em dieta saudável

Acervo TV Globo



Léa em gravação da novela "A Próxima Atracção" (1970)

copa 2023



Saeed Khan/AF P

ESPAÑA BATE SUÉCIA E VAI À FINAL PELA PRIMEIRA VEZ

Espanholas, em seu terceiro Mundial, comemoram vitória por 2 a 1 em Auckland; Inglaterra e Austrália decidem a outra vaga para decisão de domingo (20) hoje a partir das 7h, em Sydney B7

EDITORIAIS A2

Ponta de faca A respeito de atrito político entre Haddad e Lima

Manicômio em extinção Sobre desativação tardia dos hospitais de custódia.

ATMOSFERA

São Paulo hoje

26°
15°

0h 6h 12h 18h 24h

Rio de Janeiro 18° 28° 16° 30°
Brasília 16° 27° 14° 28°
Ribeirão Preto 19° 31° 19° 32°

Fonte: www.climatempo.com.br

Uma pioneira se despede: Morre Léa Garcia, que abriu caminhos para pretos no teatro em 70 anos de carreira

SEGUNDO CADERNO

O GLOBO

Irineu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO, QUARTA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2023 ANO XCIX - Nº 32.881 • PREÇO DESTA EXEMPLAR NO RJ - R\$ 6,00



PAÍS SEM LUZ

Maior apagão em 14 anos dura até seis horas e atinge 25 estados e o DF

Ainda sem causas definidas, governo descarta risco à segurança energética e aciona Polícia Federal

Maior apagão no Brasil desde 2009, a queda de energia de ontem atingiu cerca de 30 milhões de consumidores em todos os estados do país, à exceção de Roraima. O governo ainda investiga as causas, mas já se sabe que o problema teve início numa sobrecarga numa linha de transmissão no Ceará e em outro episódio ainda

não esclarecido. Em seguida, um software de proteção desligou o sistema elétrico, e se passaram seis horas até ser recuperado. O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse que a PF investigará eventual ação dolosa. O apagão afetou consumidores e prejudicou o transporte em várias capitais. **PÁGINA 13**

VERA MAGALHÃES

Governo corre o risco de deixar o bom momento passar **PÁGINA 2**

BERNARDO MELLO FRANCO

Millôr foi comentarista mordaz da política brasileira **PÁGINA 3**

ZEINA LATIF

PAC tem longa lista de promessas e pouca garantia de efetividade **PÁGINA 4**

Governo critica privatização, e oposição mira Lula

A politização do apagão provocou disputa de narrativas. Ainda sem uma indicação clara das causas do problema, governistas como a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, culpam a privatização da Eletrobras. Já a oposição buscou marcar a pecha de incompetência em Lula. **PÁGINA 14**



As escuras. O apagão deixou sem luz casas, empresas e repartições em todos os estados, menos Roraima

Petrobras eleva preço de diesel e gasolina, com impacto na inflação

No primeiro reajuste da gestão Jean Paul Prates e sob a nova política de preços que pós fim à paridade de importação, a Petrobras aumentou a gasolina nas refinarias em 16,3%, com o valor médio do litro chegando a R\$ 2,93, e o diesel em 25,8%,

passando a R\$ 3,80. O reajuste deve pressionar a inflação, e analistas já preveem que o IPCA fechará 2023 em 5%, acima da meta estabelecida. Apesar da elevação, os preços ainda seguem defasados em relação ao mercado internacional. **PÁGINA 16**

Ex-executivos da Americanas fecham delação premiada

Flávia Carneiro e Marcelo Nunes acertaram acordo com MPF, relatam LAURO JARDIM e MALU GASPARI, e devem responsabilizar ex-diretores por fraude bilionária. **PÁGINA 20**

Alvos do Centrão, ministros lutam para se manter no cargo

Ante a iminente reforma na Esplanada, ministros que têm cargos cobiçados acenam a Lula e afagam o Congresso com a liberação de emendas. **PÁGINA 4**

Tragédia familiar no Ceará expõe drama do câncer hereditário

Pai e três filhos no Ceará que morreram de câncer após 11 diagnósticos tinham mutação rara em gene chamado de "guardião da célula". Um em cada dez casos da doença é hereditário. Testes detectam risco. **PÁGINA 23**

Isolamento é desafio para ultradireitista Milei

Personalista ao extremo e candidato de um partido pequeno, presidencialista argentino líder nas primárias promete dolarização radical e corte drástico de servidores. **PÁGINA 21**

Wassef admite que recomprou Rolex presenteado a Bolsonaro

Desmentido pela PF, advogado mudou sua versão e afirmou que adquiriu nos EUA o relógio para "devolvê-lo à União", sem revelar a mando de quem. **PÁGINA 8**

Após seguidas mortes em ações policiais, PM do Rio reforça protocolo

Diante de seguidas mortes pela polícia em abordagens nas ruas ou operações em favelas, a PM está retreinando policiais e reforçando seu protocolo. A ordem de não atirar em abordagens vem sendo descumprida. **PÁGINA 25**

EDITORIAL

STF DEVE CONSAGRAR LIBERDADE COM RESPONSABILIDADE **PÁGINA 2**

CRAQUE NA ARÁBIA

Qual o tamanho de Neymar?

Contratado pelo Al-Hilal por muitos milhões, ele encerra passagem de dez anos pela Europa suscitando comparações com outros brasileiros. **PÁGINA 29**

Entrevistando Neymar



—Que o Al-Hilal não me leve a mal, mas o mundo é minha bola, afinal!

Crise do Flamengo tem pugilato na véspera de decisão

A crise rubro-negra escalou no treino de ontem, quando o meia Gerson e o lateral Varela se agrediram. O uruguaio levou um soco, teve uma pequena fratura no nariz e precisou ir ao hospital. A diretoria tratou o caso como um mero "entrevado", e ambos devem ir a campo hoje, contra o Grêmio, na decisão da vaga na final da Copa do Brasil. **PÁGINA 30**



ALEXANDRE VILA

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUARTA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2023

NÚMERO 22.066 • 28 PÁGINAS • R\$ 4,00

Kleber Sato/CB/DA Press

Vai bombar



Técnicos candidatos a avançar à final, hoje, desarmam "dinamites" desde que assumiram a prancheta e tentam evitar novas explosões na semifinal. PÁGINA 18

Em memória de Dad Squarisi

Missa de sétimo dia em homenagem à editora de Opinião do **Correio** será hoje, às 19h, no Lago Norte. PÁGINA 16



Instagram @leagarciaemina

Todos os aplausos a Léa Garcia

A atriz morreu aos 90 anos, após mais de 70 de carreira. A grandeza, o talento e a garra da carioca abriram espaço para uma geração de artistas negros no cinema, no teatro e na tevê. PÁGINA 6

Ed Alves/CB/DA Press



Trânsito em ritmo lento

Motoristas e passageiros de ônibus reclamam de constantes engarrafamentos em pistas como EPTG (foto) e Estrutural. Obras em diversas regiões tem provocado fechamento de vias e desvios. Enquanto as melhorias não chegam, paciência e estratégia são fundamentais para andar nos horários de pico. PÁGINA 13

Apagão vira guerra entre governo e oposição

A pane no sistema que atingiu 25 estados e o DF provocou uma troca de acusações entre governo e oposição. Enquanto partidos contrários a Lula acusavam o Planalto de má administração do setor, aliados do presidente creditavam a crise às privatizações, principalmente a da Eletrobras, ocorridas nos últimos anos. "Apagão no Brasil! Aconteceu hoje, mas começou em 1º de janeiro", disse o senador Ciro Nogueira (PP-PI), ex-ministro de Bolsonaro. Ministro das Minas e Energia, Alexandre Silveira teve que deixar uma visita oficial ao Paraguai para voltar ao Brasil, apurar e explicar o apagão. Segundo ele, seria leviano culpar a venda da Eletrobras sem antes saber dos resultados das investigações — a cargo do ONS e da Polícia Federal —, mas afirmou que "a privatização fez muito mal ao sistema". Até a primeira-dama, Janja da Silva entrou na discussão. Ela tuitou: "A Eletrobras foi privatizada em 2022".



Kleber Sato/CB/DA Press

PÁGINA 7 E NAS ENTRELINHAS 2

Arcabouço perto da votação

Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), prevê a votação do marco fiscal para a próxima terça-feira, mesmo após a troca de críticas entre ele e o ministro Fernando Haddad. No início da próxima semana, o colégio de líderes discute os pontos polêmicos do projeto, como o Fundo Constitucional do DF. PÁGINAS 2 E 13

Manifestação

Margaridas nas ruas

Mais de 100 mil mulheres trabalhadoras rurais devem participar hoje de uma marcha por Brasília, por mais direitos. A Esplanada está fechada ao trânsito. PÁGINA 4

Sonegação

PCDF mira atacadista

Operação da Polícia Civil investiga o uso de empresas fantasmas por uma gigante do setor para desviar dinheiro do ICMS. Houve busca e apreensão em Brasília e em Minas. PÁGINA 16

ENTREVISTA

Christian Zurita

"Haverá um castigo, por meio do voto"



» RODRIGO CRAVEIRO

Amigo de Fernando Villavicencio, o jornalista falou sobre o desafio de substituir o político assassinado, durante as eleições de domingo. PÁGINA 9



9 771808 266042

MME / ASCOM .